

SBF COMÉRCIO DE PRODUTOS ESPORTIVOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021





CONTEÚDO

Relatório da Administração sobre os resultados consolidados	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	10
Demonstrações de resultados	11
Demonstrações de resultados abrangentes	12
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	13
Demonstrações dos fluxos de caixa	14
Demonstrações de valor adicionado	15
Notas explicativas às demonstrações financeiras	16



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Iniciamos o ano de 2022 sabendo que teríamos um ano desafiador com passos importantes a serem dados. Junto a nossa controladora, o Grupo SBF, avançamos em frentes estruturantes e fundamentais como as migrações sistêmica de ERP e a inauguração de um novo hub logístico em São Paulo; e realizamos também as primeiras ações de estímulo à prática de atividade física, buscando nos aproximar e conhecer cada vez melhor os consumidores do esporte.

Acreditamos que uma série de fatores impactou o desempenho de Centauro no ano. Apesar das vendas 19% acima do que entregamos em 2021, havíamos planejado um crescimento maior para ano esperando que a cadeia global de suprimentos já estivesse normalizada e que os investimentos estruturais realizados em marketing, logística e tecnologia trariam um retorno maior no ano. Com o crescimento abaixo do planejado, além da necessidade maior de markdown que pressionou a margem bruta, também só conseguimos diluir parte dos investimentos estruturais e das despesas semi-variáveis contratadas para suportar um nível de receita mais alto do que o observado, o que acabou impactando a rentabilidade da companhia.

Em 2023, teremos um foco absoluto na rentabilidade da Centauro com um pragmatismo na projeção de receita e uma racionalização das despesas e margens. Com esse foco para o ano, acreditamos haver espaço para reduzir markdowns, investimentos em marketing, especialmente em canais de performance de menor rentabilidade, e modalidades de venda menos eficientes. Também vamos continuar avaliando o portfólio de lojas em busca de ajustes que se façam necessários para alcançar a rentabilidade desejada para o negócio. Centauro tem um potencial enorme, o ajuste da rentabilidade neste ano será fundamental para construirmos as bases para o crescimento deste negócio nos anos seguintes.

Em paralelo, continuamos trabalhando em parceria com as demais unidades de negócio do Grupo SBF para ampliar a preferência dos clientes, assim como sua recorrência de compra nos nossos canais físicos e digitais. Continuamos acreditando que aliar necessidades de negócio à prática esportiva é o que impulsiona nosso mercado endereçado. Por isso, em 2022, atuamos em ações conjuntas com players do mercado para fomentar o esporte no país, aprofundar o contato com o público das categorias mais vendidas e alcançar públicos de categorias que estão ganhando relevância como skate, dança e basquete. Atuamos em ações como o Centauro Fit Festival, evento de dança organizado pela X3M em parceria com Centauro e Fit Dance e patrocinado pela Puma; o Centauro Reveza adidas, circuito de corrida desenvolvido pela X3M e o ASICS Movimenta by Centauro, série de treinos e corridas de rua com foco no público feminino. Além disso, junto ao Parque Ibirapuera em São Paulo, realizamos uma iniciativa combinada entre Centauro e Fisia, para proporcionar para a sociedade novos espaços para a prática esportiva com campo de futebol, quadras de areia e basquete, pista de cooper e uma nova pista de skate.

O nosso foco em 2023 será em aumentar a rentabilidade do nosso negócio porque sabemos que o resultado de hoje é o que sustenta o crescimento do futuro. Com o caminho de retomada da rentabilidade da Centauro, o potencial de geração de lucro do Grupo SBF nos deixa animados para o futuro.

Agradecemos aos nossos clientes, colaboradores, conselheiros, acionistas e a todas as milhões de pessoas que de alguma maneira se conectaram com nossa companhia e com o Grupo SBF ao longo de 2022. Seguiremos trabalhando para entregar as melhores experiências e resultados em 2023 gerando cada vez mais negócios e valor para os nossos acionistas e o esporte no Brasil.



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais do SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas do SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

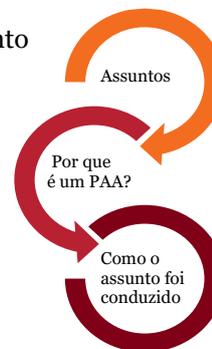
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Recuperabilidade do saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos (Notas 4(c) e 12)

A Companhia e sua controlada Fisica Comércio de Produtos Esportivos S.A. possuem saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, no valor total de R\$ 667.335 mil.

As projeções de resultados tributáveis futuros consideram premissas e estimativas, tais como o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme divulgado na Nota 12. O valor provável de realização dos ativos fiscais diferidos reconhecidos pode variar em função da aplicação de diferentes premissas nas projeções dos resultados tributáveis futuros.

Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado com o processo de avaliação do valor realizável dos impostos diferidos.

Com o envolvimento dos nossos especialistas em tributos, efetuamos avaliação da base fiscal que dá origem ao imposto de renda diferido.

Testamos a coerência lógica e consistência aritmética do modelo preparado pela Companhia, bem como avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar as projeções de lucros tributáveis futuros.

Avaliamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.

Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidas.



SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Provisão e passivos contingentes tributários (Nota 14.2 (c))

A Companhia e suas controladas são parte em diversos processos judiciais e administrativos relativos a assuntos nas áreas cíveis, trabalhistas e tributários, que surgem no curso normal de seus negócios.

Relativamente às áreas tributária, em 31 de dezembro de 2022, as controladas da Companhia tinham assuntos em discussão em diversas esferas, para os quais o valor provisionado totalizava R\$ 455.645 mil.

A determinação do valor da provisão acima mencionada, bem como dos passivos contingentes tributários divulgados depende de julgamentos críticos da administração quanto ao prazo, prognóstico de perda e valor de liquidação.

Além disso, considerando a complexidade do ambiente tributário e a relevância dos valores, qualquer mudança de prognóstico e/ou julgamento pode trazer impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas. Por esses motivos, consideramos este assunto como um principal assunto em nossa auditoria.

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o entendimento do ambiente de controle relacionado ao processo de identificação, mensuração, registro e divulgação de contingências.

Solicitamos e obtivemos confirmação junto aos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas dos valores e prognósticos de perda dos processos tributários em andamento.

Adicionalmente, para determinados processos tributários relevantes, e com o apoio de nossos especialistas, efetuamos análise quanto a razoabilidade dos prognósticos de perda, argumentos e/ou teses de defesa e jurisprudência aplicável. Também nos reunimos com a administração e com os encarregados pela governança para discutir e avaliar, quando aplicável, as conclusões obtidas pela Companhia para as contingências mais relevantes.

Por fim, efetuamos leitura das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras consolidadas.

Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões, bem como as divulgações efetuadas, estão consistentes com as posições dos assessores jurídicos.

Outros assuntos

Auditoria das cifras do ano anterior

O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 29 de março de 2022, sem ressalvas.



SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.



SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



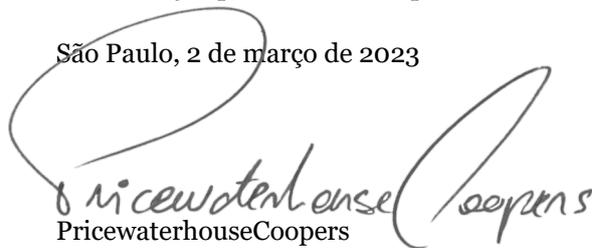
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 2 de março de 2023



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSigned by:

Signed By: LEANDRO MAURO ARDITO:15700965895
CPF: 15700965895
Signing Time: 02 March 2023 | 16:15 BRT

0123079E90F40B966DC45F12934367
Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e****31 de dezembro de 2021***(Em milhares de Reais)*

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	212.292	228.287	373.384	234.791
Contas a receber	7	2.705.920	2.029.747	3.387.419	2.029.708
Estoques	8	871.708	646.257	2.100.089	646.257
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	4.169	-
Tributos a compensar	10	154.652	294.089	489.821	301.671
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	-	-	32.269	3
Outros ativos	15	27.841	17.147	88.039	19.038
Juros sobre capital próprio a receber	13	75.922	-	-	-
Mútuo a receber	25	226.403	-	-	-
Total do ativo circulante		4.274.738	3.215.527	6.475.190	3.231.468
Ativo não circulante					
Adiantamento para futuro aumento de capital		1.820	-	-	-
Tributos a compensar	10	91.610	54.424	136.423	54.424
Imposto de renda e contribuição social a compensar	11	77.271	70.674	77.297	70.674
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	356.892	296.006	667.335	296.006
Depósitos judiciais	14	96.434	55.041	284.479	137.597
Outros ativos	15	321	324	18.908	324
Total do realizável a longo prazo		624.348	476.469	1.184.442	559.025
Investimento	16	1.349.182	12.556	5.001	-
Imobilizado	17	412.466	391.998	548.180	391.998
Intangível	18	250.932	194.462	415.924	194.462
Direito de uso	19	1.293.390	1.260.620	1.397.320	1.260.620
Total do ativo não circulante		3.930.318	2.336.105	3.550.867	2.406.105
Total do ativo		8.205.056	5.551.632	10.026.057	5.637.573

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante					
Fornecedores	20	2.392.939	1.677.754	2.979.788	1.677.785
Fornecedores - risco sacado	20	138.171	67.714	138.171	67.714
Empréstimos e financiamentos	21	85.893	129.733	86.082	129.733
Debêntures	21	191.836	77.743	191.836	77.743
Instrumentos financeiros derivativos	9	-	-	39.612	-
Arrendamentos a pagar	19	236.942	175.959	269.173	175.959
Obrigações tributárias	22	78.244	41.190	189.405	41.202
Imposto de renda e contribuição social a recolher		-	13.929	15.839	13.929
Impostos parcelados	23	23.632	36.801	44.327	56.681
Partes Relacionadas - outras contas a pagar	25	14.175	-	47.049	-
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24	162.158	135.911	190.543	135.911
Dividendos a pagar	13	-	-	235.756	-
Outras contas a pagar	26	48.120	37.737	116.148	38.075
Outros passivos	27	85.225	12.132	151.472	12.132
Total do passivo circulante		3.457.335	2.406.603	4.695.201	2.426.864
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	21	81.915	165.260	81.996	165.260
Debêntures	21	773.647	451.042	773.647	451.042
Arrendamentos a pagar	19	1.252.142	1.240.143	1.334.783	1.240.143
Impostos parcelados	23	11.659	36.611	65.281	90.127
Outros passivos	27	-	-	107.251	-
Partes Relacionadas - outras contas a pagar	25	-	-	367	-
Provisão para riscos administrativos e judiciais	14	167.798	192.295	497.250	204.459
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	-	-	9.721	-
Total do passivo não circulante		2.287.161	2.085.351	2.870.296	2.151.031
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.205.056	5.551.632	10.026.057	5.637.573
Patrimônio líquido	28				
Capital social		2.229.971	854.103	2.229.971	854.103
Reservas de capital		12.700	12.700	12.700	12.700
Reservas de lucros		233.046	192.875	233.046	192.875
Ajuste de avaliação patrimonial		(15.157)	-	(15.157)	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		2.460.560	1.059.678	2.460.560	1.059.678
Total do patrimônio líquido		2.460.560	1.059.678	2.460.560	1.059.678

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações de resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas líquidas	29	5.902.798	4.754.898	6.185.094	4.754.898
Custo das vendas e dos serviços prestados	30	(4.276.199)	(3.367.711)	(4.410.915)	(3.367.711)
Lucro bruto		1.626.599	1.387.187	1.774.179	1.387.187
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas com vendas	31	(1.235.847)	(937.948)	(1.331.598)	(937.948)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber		(2.104)	(935)	(2.299)	(935)
Despesas administrativas e gerais	31	(265.915)	(243.305)	(295.237)	(254.211)
Outras receitas operacionais líquidas		24.198	487	24.793	490
Resultado com equivalência patrimonial	16	51.879	(54.365)	280	-
Despesas operacionais, líquidas		(1.427.789)	(1.236.066)	(1.604.061)	(1.192.604)
Lucro operacional		198.810	151.121	170.118	194.583
Receitas financeiras	32	90.783	47.067	105.952	48.752
Despesas financeiras	32	(316.029)	(221.248)	(320.365)	(235.554)
Despesas financeiras, líquidas		(225.246)	(174.181)	(214.413)	(186.802)
(Prejuízo) lucro antes dos impostos		(26.436)	(23.060)	(44.295)	7.781
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	5.720	4.685	24.654	4.685
Imposto de renda e contribuição social - diferido	12	60.886	98.685	59.811	67.844
Lucro líquido do exercício		40.170	80.310	40.170	80.310
Acionistas controladores		40.170	80.310	40.170	80.310
Acionistas não controladores		-	-	-	-
		40.170	80.310	40.170	80.310
Lucro líquido por ação atribuível aos acionistas do Grupo					
Lucro básico por ação (média ponderada)				0,02	0,04
Lucro diluído por ação (média ponderada)				0,02	0,04

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações de resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício	40.170	80.310	40.170	80.310
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser reclassificados para o resultado				
Hedge de fluxo de caixa	18.001	-	18.001	-
Outros resultados abrangentes líquidos de impostos	58.171	80.310	58.171	80.310
Imposto de renda e contribuição social sobre hedge de fluxo de caixa	(6.120)	-	(6.120)	-
Resultado abrangente do exercício	52.051	80.310	52.051	80.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)



		Atribuível aos acionistas controladores						
		Reservas de capital		Reservas de lucros				
		Capital social	Pagamento baseado em ações	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2021	Nota	854.103	12.700	25.255	87.310	-	-	979.368
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	80.310	80.310
Constituição de reserva		-	-	4.016	76.294	-	(80.310)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		854.103	12.700	29.271	163.604	-	-	1.059.678
Saldos em 1º de janeiro de 2022		854.103	12.700	29.271	163.604	-	-	1.059.678
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	40.170	40.170
Outros resultados abrangentes - Hedge de fluxo de caixa		-	-	-	-	18.001	-	18.001
Constituição de reserva		-	-	2.009	38.162	-	(40.170)	1
Transferência de quotas - Física	28	1.375.868	-	-	-	(33.158)	-	1.342.710
Saldos em 31 de dezembro de 2022		2.229.971	12.700	31.280	201.766	(15.157)	-	2.460.560

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)



Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	40.170	80.310	40.170	80.310
Ajustado por:				
Depreciação e amortização imobilizado e intangível	17,18	130.598	107.250	137.047
Amortização do direito de uso	19	166.065	158.407	166.640
Juros sobre empréstimos e financiamentos	32	35.294	23.515	35.294
Juros sobre debêntures	32	124.052	31.379	124.052
Juros sobre parcelamentos de tributos	32	1.068	3.722	1.068
Juros sobre pagamentos em atraso	32	656	694	656
(Perda) redução ao valor recuperável de contas a receber		(2.104)	935	(2.299)
Juros sobre atraso de impostos	32	10.670	21.248	10.670
Resultado de equivalência patrimonial	16	(51.879)	54.365	(280)
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível	17,18	2.599	17.687	(2.283)
Baixa residual arrendamentos	19	-	2.726	-
Provisão para obsolescência do estoque	8	(11.981)	36.734	(20.763)
Ajuste a valor presente, líquido	32	-	(1.574)	-
Juros de arrendamento mercantil	32	118.931	110.151	118.931
Descontos sobre arrendamento mercantil	19	(10.093)	(23.744)	(10.093)
Constituição líquida de provisão para riscos administrativos e judiciais	14	18.488	40.078	19.268
Créditos tributários (IRPJ e CSLL) relativos aos indêbitos tributários		-	(56.587)	-
Exclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS		-	(39.734)	(39.734)
Imposto de renda e contribuição social corrente		5.720	(4.685)	5.720
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12	(60.886)	(98.685)	(59.811)
		517.368	464.192	563.987
(Aumento) redução nos ativos				
Contas a receber	7	(674.069)	1.143.613	(459.482)
Estoques	8	(213.470)	(55.825)	(200.147)
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	(22.767)
Tributos a compensar, IRPJ e CSLL a compensar	10,11	113.544	209.267	154.068
Depósitos judiciais	14	(41.393)	(19.263)	(69.333)
Outros ativos		(10.943)	(2.271)	(12.172)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	20	712.459	(1.408.229)	678.967
Fornecedores - risco sacado	20	70.457	10.877	70.457
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	39.612
Obrigações tributárias	22	26.384	(60.529)	(38.061)
Parcelamentos de tributos	23	(109.189)	(40.960)	(38.456)
Contingências pagas	14	(42.985)	(26.587)	(38.290)
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	24	26.247	62.661	25.022
Outras contas a pagar		10.383	(7.225)	(26.997)
Outros passivos		73.096	-	94.854
Variação nos ativos e passivos:		10.521	(194.471)	157.275
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		248.086	107.436	459.996
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Adições de ativo imobilizado	17	(94.375)	(169.408)	(143.384)
Adições no intangível	18	(113.690)	(97.251)	(128.163)
Aquisição de controlada líquido do caixa recebido - FitDance	3.1	(9.636)	-	(9.636)
Aumento de capital em controlada		(7.000)	-	-
Participação em coligada - X3M	16	-	-	(4.721)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(224.701)	(266.659)	(285.904)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos e financiamentos tomados	21	2.536	17.626	2.373
Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	21	(204.279)	(93.283)	(204.386)
Emissão de debentures	21	496.133	297.788	496.132
Divididos pagos	13	-	-	(32.803)
Mútuos a pagar - antes mudança controle		-	-	(223.580)
Mútuos a receber	25	(226.403)	-	-
Arrendamentos pagos	19	(119.722)	(66.677)	(120.651)
Partes relacionadas		14.175	135.363	47.416
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		(1.820)	(71.044)	-
Caixa líquido utilizado nas (gerado pelas) atividades de financiamento		(39.380)	219.773	(35.499)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		(15.995)	60.550	138.593
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		228.287	167.737	234.791
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		212.292	228.287	373.384
Transações que não afetaram caixa				
Adição ao imobilizado e intangível		2.070	1.526	3.524

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.
Demonstrações de valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de Reais)



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Receitas	7.283.726	5.851.853	7.647.244	5.851.853
Receita de vendas de mercadorias, produtos e serviços	7.260.867	5.833.316	7.624.002	5.833.316
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	(2.104)	(935)	(2.299)	(935)
Outras receitas operacionais	24.963	19.472	25.541	19.472
Insumos adquiridos de terceiros	(3.662.509)	(2.914.175)	(3.848.564)	(2.915.267)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(3.118.086)	(2.458.538)	(3.228.317)	(2.458.538)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(457.989)	(373.428)	(547.258)	(374.520)
Perda de valores ativos	(86.434)	(82.209)	(72.989)	(82.209)
Valor adicionado bruto	3.621.217	2.937.678	3.798.680	2.936.586
Depreciação e amortização	(318.669)	(265.657)	(320.595)	(265.657)
Valor adicionado líquido	3.302.548	2.672.021	3.478.085	2.670.929
Valor recebido em transferência	142.662	(3.427)	106.106	52.651
Resultado de equivalência patrimonial	51.879	(54.365)	154	-
Receitas financeiras	90.783	50.938	105.952	52.651
Valor adicionados total a distribuir	3.445.210	2.668.594	3.584.191	2.723.580
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	533.429	427.759	550.027	427.859
Remuneração direta	341.335	284.678	351.858	284.752
Benefícios	159.837	117.034	165.112	117.055
FGTS	32.257	26.047	33.057	26.052
Impostos, taxas e contribuições	2.402.039	1.824.121	2.503.391	1.861.443
Federais	943.874	688.706	970.890	719.592
Estaduais	1.434.272	1.114.489	1.509.372	1.120.914
Municipais	23.893	20.926	23.129	20.937
Impostos diferidos	-	-	-	-
Remuneração de capitais de terceiros	469.572	336.404	490.603	353.968
Despesas financeiras (juros)	182.460	181.914	190.186	195.397
Aluguéis	57.781	28.260	63.133	28.260
Outras	229.331	126.230	237.284	130.311
Remuneração de capitais próprios	40.170	80.310	40.170	80.310
Lucros retidos (lucros acumulados)	40.170	80.310	40.170	80.310

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. (“Controladora”, “Companhia” ou “SBF Comércio”) é uma sociedade anônima domiciliada no Brasil com sede no Estado e cidade de São Paulo. As demonstrações financeiras da SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022, compreendem a controladora SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e sua controlada, denominadas em conjunto “SBF Comércio” ou “Companhia”.

Em 18 de junho de 2020, foi aprovada a transformação do tipo jurídico da Sociedade de uma sociedade empresarial limitada para uma sociedade por ações de capital fechado, passando a operar sob a nova denominação SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. Em 23 de dezembro de 2020, a Companhia foi registrada na Comissão de Valores Mobiliários com a categoria B.

A SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A. e suas controladas diretas e indiretas, individualmente ou em conjunto (“Companhia” ou “Consolidado”) tem como principais atividades: o comércio de produtos esportivos e de lazer em geral (calçados, vestuários, entretenimento em geral, equipamentos e acessórios), oriundos do mercado nacional e internacional, produção audiovisual, assim como produção de filmes para publicidade.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 01 de março de 2023.

A lista das entidades consolidadas é apresentada abaixo:

Controladas	PARTICIPAÇÃO SOCIETÁRIA DIRETA		ATIVIDADE
	2022	2021	
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	100%	99,99%	Comércio esportivo
Fitdance Entretenimento Ltda	100%	-	Produção de filmes para publicidade
Fisia Comércio de Produtos Esportivos Ltda.	100%	-	Comércio atacadista e varejista

As principais informações sobre cada uma das empresas que compõe as informações financeiras consolidadas da Companhia estão apresentadas na Nota 16.

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente pelas empresas consolidadas.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1 Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais (Controladora) e consolidadas (Consolidado) foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International

Accounting Standards Board (IASB). As demonstrações financeiras evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.2 Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção aos seguintes itens:

- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados;

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(a) Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

2.3 Consolidação

A Companhia detém participações societárias diretas. As participações societárias em sociedades controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da controladora. Nas demonstrações financeiras consolidadas o investimento e todos os saldos de ativos e passivos, receitas e despesas decorrentes de transações e participação do patrimônio líquido nas controladas são eliminados integralmente. Os investimentos em coligadas são mantidos pela equivalência patrimonial tanto nas demonstrações financeiras consolidadas como nas individuais da controladora.

2.4 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis significativas e relevantes para a compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, foram incluídas nas respectivas notas explicativas a que se referem.

As políticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 são consistentes com as utilizadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia não adotou antecipadamente qualquer pronunciamento ou interpretação que tenha sido emitido, cuja aplicação não é obrigatória.

2.5 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- Alteração ao IAS 16/CPC 27 "Ativo Imobilizado": a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- Alteração ao IAS 37/CPC25 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- Alteração ao IFRS 3/CPC 15 "Combinação de Negócios": substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020:
 - (i) IFRS 9/CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
 - (ii) IFRS 16/CPC 06 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
 - (iii) IFRS 1/CPC 37 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.

As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para a Companhia.

2.6 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- a) **Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis:** de acordo com o IAS 1 – "Presentation of financial statements", para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current or non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses.

Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data.

A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.

- b) **Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis:** em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- c) **Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.
- d) **Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro:** a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023.

Não se espera que essas alterações tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.7 Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos como atividades comerciais que geram receitas e despesas e cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelo principal responsável pela tomada de decisões ("CODM") da Companhia para tomar decisões sobre a alocação de recursos aos segmentos e avaliar seu desempenho.

A Administração determinou que o CEO da Companhia é o CODM. O CODM recebe e analisa informações sobre os resultados operacionais da Companhia, seu desempenho, as projeções de fluxo de caixa e as decisões de investimento determinados apenas na base da Companhia.

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais é o CEO, também responsável pela tomada das decisões estratégicas da Companhia. Consequentemente, a Administração determinou que a Companhia possui apenas um segmento operacional, pois não há informação financeira individualizada disponível por segmento, e as decisões estratégicas, uso de tecnologias e estratégias de marketing para diferentes produtos e serviços ocorrem de forma centralizada.

Toda a receita da Companhia é derivada de clientes localizados geograficamente no Brasil e não há concentração de vendas para clientes. Além disso, todos os ativos não circulantes da Companhia estão localizados no Brasil.

Durante 2022 o segmento de serviços não se qualificou como um segmento reportável.

2.8 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (a "moeda funcional").

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.9 Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Outros ganhos (perdas), líquidos".

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

Adicionalmente, as alterações no valor justo dos títulos monetários em moeda estrangeira, classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, são separadas entre as variações cambiais relacionadas com o custo amortizado do título e as outras variações no valor contábil do título. As variações cambiais do custo amortizado são reconhecidas no resultado, e as demais variações no valor contábil do título são reconhecidas no patrimônio.

3. PRINCIPAIS EVENTOS OCORRIDOS DURANTE O EXERCÍCIO DE 2022

3.1 Aquisição Fitdance

Em 25 de março de 2022, a SBF Comércio celebrou contrato a fim de adquirir a totalidade das ações de emissão da FitDance.

Em 01 de abril de 2022, foi concluído o processo de aquisição. Diante do cumprimento de todas as condições precedentes relevantes e a SBF Comércio e a FitDance efetivaram o fechamento da Transação de compra e venda. Após o término da avaliação dos ajustes do preço em maio de 2022, concluiu-se quanto ao pagamento, perfazendo-se assim o montante final de aquisição de R\$ 9.905 liquidado integralmente em caixa.

A tabela a seguir resume a contraprestação paga para a Fitdance e os valores justos finais dos ativos adquiridos e passivos assumidos reconhecidos na data da aquisição:

	Valor Justo
Imobilizado	118
Marca	1.996
Carteira de cliente - Serviços	2.016
Software	1.153
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	6.692
Demais ativos	413
Total ativo	12.388
Total passivo	2.483
Total líquido dos ativos identificáveis	9.905

3.2 Mudança de Controle da Fisia

Em 01 de dezembro de 2022 foi concluída a transação de mudança de controle da Fisia, que era controlada direta da Grupo SBF S.A. e passou a ser controlada pela SBF Comércio.

Na transferência do controle, além do patrimônio líquido da Fisia, foram transferidos para a SBF Comércio as mais valias mensuradas na combinação de negócios originalmente registrada na Grupo SBF. A transação foi efetivada por meio de cessão da totalidade das quotas da Fisia, reconhecidas como aumento de capital na SBF Comércio, mensurada a valor contábil.

As mais valias transferidas correspondem a mensuração do valor justo dos ativos da Fisia, na data da aquisição do controle, reconhecidos no balanço do Grupo SBF em novembro de 2020. As mais valias representam o direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike", obrigação com royalties pela exploração da exclusividade do direito de distribuição da marca e passivos contingentes.

A transação de mudança de controle não se caracteriza como uma combinação de negócios, pois ambas as empresas pertencem ao mesmo grupo econômico e não houve operação financeira envolvida na transferência do controle. A transferência foi mensurada com base no balanço patrimonial da Fisia levantado em 30 de novembro de 2022.

Em decorrência da aquisição do controle da Fisia, a SBF Comércio, reconheceu a cessão de quotas via integralização de capital, no montante de R\$ 1.340.527.

Demonstramos abaixo o efeito dos ativos líquidos transferidos, assim como as mais valias líquidas de amortização:

	FISIA
	30.11.2022
Ativo	
Caixa e equivalentes de caixa	17.556
Contas a receber	896.105
Estoques	1.232.625
Tributos a compensar	427.000
Imposto de renda e contribuição social a compensar	32.017
Partes relacionadas - outras contas a receber	1.143
Imposto de renda e contribuição social diferidos	297.297
Depósitos judiciais	77.546
Outros ativos	74.267
Imobilizado	88.174
Intangível	9.321
Direito de uso	104.748
Total do ativo	3.257.799
Passivo	
Fornecedores	618.629
Arrendamentos a pagar	115.934
Obrigações tributárias	141.958
Imposto de renda e contribuição social a recolher	29.225
Instrumentos financeiros derivativos	51.756
Impostos parcelados	188
Partes Relacionadas - outras contas a pagar	223.580
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	29.435
Dividendos a pagar	268.559
Outras contas a pagar	104.125
Outros passivos	25.828
Provisão para riscos administrativos e judiciais	282.026
Total do passivo	1.891.243
Patrimônio líquido	1.366.556
Mais valias transferidas	
Contrato de distribuição	131.856
Contingência	(29.787)
Royalties	(125.915)
Total mais valias	(23.846)
Transferência de quotas - Fisia	1.342.710

3.3 Migrações sistêmicas finalizadas

Durante o exercício de 2022 a Companhia realizou migrações tecnológicas importantes, com o objetivo de continuar caminhando para uma arquitetura de software em nuvem e alinhada com as práticas mais atualizadas e modernas de gestão financeira. A primeira migração sistêmica, finalizada em junho, foi a do ERP da SBF Comércio, que migrou para a versão em *cloud* mais recente. A segunda migração realizada em agosto, foi do ERP da Fisia, que até então utilizava o ERP Global da Nike Inc e migrou para o mesmo ambiente sistêmico em *cloud* do Grupo SBF. Para a Fisia, as grandes vantagens dessa migração foram o fim do pagamento à Nike Inc dos custos do

sistemas deles (pagamentos baseados no TSA, *Transition Services Agreement*) e a liberdade de adaptar o sistema à nosso modo de operar, antes o sistema era parametrizado e mantido pela própria Nike Inc. Por fim, em agosto, concluímos a migração da plataforma online da Fisia, que estava terceirizada com um parceiro, para nossa plataforma proprietária.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso

Anualmente, a Companhia testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na Nota 18. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas e projeções orçamentárias aprovadas pela Administração.

b) Perda (impairment) de ativos financeiros

As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício.

Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas:

- Contas a receber de clientes atacado (Nota 7);
- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do IFRS 9/CPC 48, a perda por *impairment* identificada nesses ativos foi imaterial.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos incluem um saldo de R\$ 667.335 relacionado a prejuízos fiscais e diferenças temporárias gerados pelas controladas da SBF Comércio. A Companhia entende que o ativo fiscal diferido é recuperável considerando as projeções de lucro tributável futuro estimado com base nos planos de negócios aprovados e nos orçamentos para as controladas.

d) Tratamentos fiscais incetos e contingências relacionadas

A Companhia mantém certas discussões administrativas e judiciais com as autoridades fiscais no Brasil. Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais são hoje discutidos na esfera administrativa e judicial e discussão administrativa acerca do recolhimento do IPI na venda de produtos importados. A determinação final é incerta e depende de fatores não controlados pela Companhia, como mudanças na jurisprudência e alterações nas leis e regulamentos tributários.

e) Taxa incremental sobre o empréstimo do arrendamento

A Companhia não tem condições de determinar a taxa implícita de desconto a ser aplicada a seus contratos de arrendamento. Portanto, a taxa incremental sobre o empréstimo do arrendatário é utilizada para o cálculo do valor presente dos passivos de arrendamento no registro inicial do contrato.

A taxa incremental sobre empréstimo do arrendatário é a taxa de juros que o arrendatário teria que pagar ao tomar recursos emprestados para a aquisição de ativo semelhante ao ativo objeto do contrato de arrendamento, por prazo semelhante e com garantia semelhante.

A obtenção desta taxa envolve um elevado grau de julgamento, e deve ser função do risco de crédito do arrendatário, do prazo do contrato de arrendamento, da natureza e qualidade das garantias oferecidas e do ambiente econômico em que a transação ocorre. O processo de apuração da taxa utiliza preferencialmente informações prontamente observáveis, a partir das quais deve proceder aos ajustes necessários para se chegar à sua taxa incremental de empréstimo.

f) Julgamentos críticos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Determinação do prazo do arrendamento: Ao determinar o prazo do arrendamento, a administração considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido).

Para arrendamentos de centros de distribuição e lojas, os fatores a seguir normalmente são os mais relevantes:

- Se a rescisão (ou não prorrogação) incorrer em multas significativas, é razoavelmente certo de que a Companhia irá efetuar a prorrogação (ou não irá efetuar a rescisão).
- Se houver benfeitorias em imóveis de terceiros com saldo residual significativo, é razoavelmente certo de que a Companhia irá prorrogar (ou não rescindir) o arrendamento.

5. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

5.1 Política contábil

5.1.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. Subsequentemente, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”) ou pelo valor justo por meio do resultado (“VJR”).

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio da Companhia para a gestão destes ativos financeiros. O modelo de negócios da Companhia para gerenciar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão do recebimento de fluxos de caixa contratuais, da venda de ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são ativos financeiros “não derivativos” mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros a fim de receber fluxos de caixa contratuais, enquanto os ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mantidos dentro de um modelo de negócios com o objetivo de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais e vendê-los.

Mensuração subsequente

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a análise de redução ao valor recuperável. Ganhos ou perdas são reconhecidos na demonstração do resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Os ativos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado, incluem os saldos do contas a receber e de outros ativos circulantes e não circulantes.

Valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Os ativos que são mantidos para coleta de fluxos de caixa contratuais e para venda dos ativos financeiros quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamentos do principal e de juros, são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Mudanças no valor contábil são registradas em outros resultados abrangentes, exceto pelo reconhecimento dos ganhos ou perdas por impairment, receita com juros e ganhos e perdas cambiais, os quais são reconhecidos na demonstração do resultado. Quando o ativo financeiro é baixado, os ganhos ou perdas cumulativos que haviam sido reconhecidos em outros resultados abrangentes são reclassificados do patrimônio líquido para o resultado e reconhecidos em outros ganhos/(perdas). As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros.

Valor justo por meio do resultado

Os ativos que não atendem os critérios de classificação de custo amortizado ou de valor justo por meio de outros resultados abrangentes são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Eventuais ganhos ou perdas em um investimento em título de dívida que seja subsequentemente mensurado ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos no resultado e apresentados líquidos em outros ganhos/(perdas), no período em que ocorrerem.

Desreconhecimento (baixa) de instrumentos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram, a Companhia transferiu os seus direitos ou riscos de receber os fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando a Companhia não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflete os direitos e as obrigações que a Companhia manteve.

Com relação aos clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias com base na experiência histórica de recuperação de ativos similares. Com relação aos clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado, dado a irrelevância das baixas efetuadas. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos do Grupo para a recuperação dos valores devidos.

Redução ao valor recuperável (Impairment) de ativos financeiros

A Companhia apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica, da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou razoavelmente se este estiver com mais de 30 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma) ou o ativo financeiro estiver vencido há mais de 60 dias.

A Companhia considera que um título de dívida tem um risco de crédito baixo quando a sua classificação de risco de crédito é equivalente à definição globalmente aceita de "grau de investimento". A Companhia considera que este seja baixo ou superior pela agência de rating de crédito Fitch Ratings.

As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplemento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro.

As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Em cada data de balanço, o Grupo avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes de varejo (venda para consumidor final) foram avaliadas, porém não constituídas. Esta conclusão leva em consideração que a carteira de recebíveis da Companhia referente às administradoras de cartão de crédito possui baixo risco de crédito, considerando o histórico do relacionamento de tais administradoras com a Companhia (não há histórico de perdas) e *rating* de crédito das administradoras avaliado pelo mercado.

5.1.2. Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures, líquidos dos custos de transação diretamente atribuíveis. Os passivos financeiros da Companhia incluem empréstimos, financiamentos e debêntures (Nota 21), instrumentos financeiros derivativos (Nota 9), fornecedores e operações de risco sacado (Nota 20), passivo de arrendamento (Nota 19), e dividendos a pagar (Nota 13).

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: (i) passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; ou (ii) passivos financeiros ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado

Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

5.1.3. Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos

principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio.

No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente.

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em outros resultados abrangentes limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (*forward points*) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido. Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

5.2 Gestão de riscos financeiros

5.2.1 Fatores de risco financeiro

Os principais fatores de risco a que a Companhia está exposta refletem aspectos estratégico-operacionais e econômico-financeiros. Os riscos estratégico-operacionais (tais como, entre outros, comportamento de demanda, concorrência e mudanças relevantes na estrutura do mercado) são endereçados pelo modelo de gestão da Companhia.

Os riscos econômico-financeiros refletem, principalmente, o comportamento de variáveis macroeconômicas, como taxas de câmbio e de juros, bem como as características dos instrumentos financeiros utilizados. Esses riscos são administrados por meio de acompanhamento da alta administração que atua ativamente na gestão operacional.

O quadro a seguir sumaria a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como a Companhia administra sua exposição.

Risco	Exposição	Metodologia utilizada para mensuração do impacto	Gestão
Risco de mercado - câmbio	Operações comerciais futuras	Previsão de fluxos de caixa	Contratos futuros a termo
	Ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira	Análise de sensibilidade	
Risco de mercado - taxa de juros	Empréstimos de longo prazo com taxas variáveis	Análise de sensibilidade	Swaps de taxa de juros
Risco de mercado - volatilidade no preço das ações	Investimentos em valores mobiliários	Análise de sensibilidade	Diversificação da carteira
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, instrumentos financeiros derivativos, investimentos em instrumentos de dívida e ativos de contratos	Análise de vencimento	Diversificação das instituições financeiras
		Avaliação de crédito	Monitoramento dos limites de crédito/ <i>ratings</i>
Risco de liquidez	Empréstimos e outros passivos	Previsões de fluxo de caixa	Orientações de investimento em instrumentos de dívida
			Linhas de crédito disponíveis

a) Riscos de mercado

Riscos de mercado refletem os riscos de que o valor justo ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue como resultado de mudanças em preços de mercado, incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e outros riscos de preço. Nesse sentido, a Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes das atividades de seus negócios, envolvendo principalmente a possibilidade de flutuações na taxa de câmbio e mudanças nas taxas de juros.

Para proteger as atuais posições do balanço patrimonial da Companhia dos riscos de mercado, os seguintes instrumentos financeiros derivativos são utilizados e compostos pelos saldos apresentados abaixo, em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Derivativos operacionais	(35.443)	-

b) Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, preponderantemente decorrente de operações de compra de produtos importados no mercado externo. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não havia nenhum empréstimo, financiamento ou debênture em moeda estrangeira destinado a importação em aberto.

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos que foram classificados como hedge de fluxo de caixa aplicando-se a contabilização de hedge, conforme CPC 48/IFRS 9 – Instrumentos financeiros. O hedge de fluxo de caixa consiste em fornecer proteção contra a variação nos fluxos de caixa atribuíveis a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como hedge de fluxo de caixa é registrada como componente de “outros resultados abrangentes”. Em 31 de dezembro de 2022, foi apurado saldo a ser registrado em outros resultados abrangentes no valor de R\$ 15.157. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva, quando apurado, é imediatamente reconhecido no resultado. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 não foram apurados ganhos ou perdas decorrentes de parcela não efetiva.

Os valores acumulados em “outros resultados abrangentes” são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a liquidação do item objeto de hedge).

Vencimentos	Moeda	Nacional	Valor justo	Operação	Vencimentos Estimados
De 10/01/2023 à 27/10/2023	USD	(1.664.664)	(35.443)	Pedido de importações de mercadorias	De 10/01/2023 à 27/10/2023
Total Consolidado		(1.664.664)	(35.443)		

Valor justo

No quadro abaixo apresentamos a abertura dos derivativos em aberto mantidos pela Companhia em 31 de dezembro de 2022, sendo que todos possuem a finalidade de proteção cambial para compra de mercadorias.

Derivativo	Consolidado				
	Valor Principal	Posição comprada ou vendida	Valor Justo	Prazo	Contraparte
Hedge	(325.155)	Comprado	(8.452)	27/10/2023	ABC
Hedge	(361.087)	Comprado	3.874	27/10/2023	Bradesco
Hedge	(140.302)	Comprado	(629)	27/10/2023	BTG
Hedge	(187.434)	Comprado	(6.951)	27/10/2023	HSBC Brasil
Hedge	(383.243)	Comprado	(3.750)	27/10/2023	Itaú
Hedge	(122.631)	Comprado	(5.660)	27/10/2023	Safra
Hedge	(119.588)	Comprado	(2.059)	27/10/2023	Santander
Hedge	(310.604)	Comprado	(14.819)	27/10/2023	Votorantim
Hedge	5.929	Vendido	26	27/10/2023	ABC
Hedge	14.016	Vendido	(34)	27/10/2023	Bradesco
Hedge	128.332	Vendido	958	27/10/2023	BTG
Hedge	112.390	Vendido	1.464	27/10/2023	Itaú
Hedge	44.713	Vendido	589	27/10/2023	Votorantim
Total	(1.644.664)		(35.443)		

c) Risco de taxas de juros

Decorrem da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A principal fonte desse risco são os empréstimos e financiamentos, em sua maioria pós-fixados, tomados pela Companhia. As aplicações financeiras são principalmente indexadas ao CDI, reduzindo parcialmente o risco dos empréstimos.

Nas informações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros, remunerados por juros da Companhia, corresponde à:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	201.837	215.216	333.273	215.216
Empréstimos e financiamentos	(167.808)	(294.993)	(168.079)	(294.993)
Debêntures	(965.483)	(528.785)	(965.483)	(528.785)
Total	(931.454)	(608.562)	-	(608.562)

Análise de sensibilidade

O risco da Companhia decorre das operações com aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI. Em 31 de dezembro de 2022 a companhia efetuou testes de sensibilidade para os cenários adversos e favoráveis dos juros (CDI). Para análise de sensibilidade, a Companhia utilizou o CDI previsto no relatório FOCUS (13,75% anual), os cenários consideram variações de 25% e 50% respectivamente do CDI.



	2022	Provável	Controladora			
			Aumento dos juros		Redução dos juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
			25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	201.837	30.720	38.400	46.080	23.040	15.360
Empréstimos e financiamentos	(167.808)	(25.540)	(31.925)	(38.310)	(19.155)	(12.770)
Debêntures	(965.483)	(146.947)	(183.684)	(220.421)	(110.210)	(73.474)

	2022	Provável	Consolidado			
			Aumento dos juros		Redução dos juros	
			Possível (+)	Remoto (+)	Possível (-)	Remoto (-)
			25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	333.273	50.724	63.405	76.086	38.043	25.362
Empréstimos e financiamentos	(168.078)	(25.581)	(31.976)	(38.372)	(19.186)	(12.791)
Debêntures	(965.483)	(146.947)	(183.684)	(220.421)	(110.210)	(73.474)

d) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso, um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis originados em sua grande maioria por clientes do varejo e por aplicações financeiras.

O risco de crédito da Companhia são as administradora de cartão de crédito, responsáveis por 88,67% dos recebíveis no balanço da Companhia, enquanto os recebíveis de atacado, são responsáveis por 11,33%. Todas as vendas da Companhia nas lojas ou no e-commerce são efetuadas por meio de cartão de créditos ou pagamento a vista, pix, boleto bancário, dinheiro ou cartão de débito, e as do atacado são todas via boleto registrado.

A Companhia registra provisão para perda de crédito esperada (da controladora Fisica) apenas para as operações de distribuição do atacado, por entender que a carteira de recebíveis referente às administradoras de cartão de crédito contém baixo risco de crédito dessas contrapartes considerando o histórico do relacionamento com a Companhia (não há histórico de perdas) e *rating* de crédito avaliado pelo mercado. Historicamente a Companhia não tem apresentado perdas relevantes na realização do contas a receber.

A tabela que fornece informações sobre a exposição ao risco de crédito e perdas de crédito esperadas de contas a receber de 31 de dezembro de 2022 e 2021 é demonstrada na Nota 7.

Para as vendas que não passam pelas adquirentes, é realizada uma análise de crédito de cada cliente e a aprovação é feita caso a caso, com alçadas diferentes de acordo com o valor financeiro da venda.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza investimentos em instituições financeiras de baixo risco, avaliadas por agências de rating ou em outras instituições que exijam investimentos como garantia para linhas de crédito.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Aplicações financeiras	201.837	215.216	333.273	215.216
Contas a receber	2.705.920	2.029.747	3.387.419	2.029.708
Outros ativos	27.841	17.147	86.574	19.038
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	4.169	-
Total	2.935.598	2.262.110	3.811.435	2.263.962

Devido a característica de seu negócio a Companhia não possui níveis diferenciados de risco de crédito por região ou perfil de cliente, pois a concentração de recebíveis é por meio de cartões de crédito.

Avaliação da perda esperada de crédito para clientes individual - Atacado

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes individuais, o que compreende um grande número de pequenos saldos.

As taxas de perda são calculadas por meio do uso do método de ‘rolagem’ com base na probabilidade de um valor a receber avançar por estágios sucessivos de inadimplência até a baixa completa. As taxas de rolagem são calculadas separadamente para exposições em diferentes segmentos com base nas seguintes características de risco de crédito comuns: região geográfica, tempo de relacionamento com o cliente e tipo de produto adquirido.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos sete anos. Essas taxas foram multiplicadas por fatores de escala para refletir as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas ao longo da vida esperada dos recebíveis (Nota 7).

e) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia possa eventualmente encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros, que são liquidados com pagamentos à vista.

A abordagem da Companhia no gerenciamento do risco de liquidez é de garantir, o pagamento de suas obrigações, motivo pelo qual tem por objetivo manter disponibilidade em caixa para cumprimento de suas obrigações de curto prazo, fazendo o possível para que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia mantém contratos de antecipações de recebíveis que são acionados caso seja necessário. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, A Companhia não tinha saldo de antecipação de recebíveis a amortizar junto às administradoras de cartão de crédito, por não ter necessidade de caixa imediata.

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas de caixa, proveniente das contas a receber de clientes e outros recebíveis, em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à fornecedores e outras contas a pagar. Em 31 de dezembro de 2022, os fluxos de caixa esperados provenientes das contas a receber de clientes e outros recebíveis com vencimento dentro de dois meses era de R\$ 1.110.497 (R\$ 434.160 em 31 de dezembro de 2021).

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Obrigações a curto prazo	(3.457.335)	(2.406.603)	(4.699.371)	(2.426.864)
Caixas e equivalentes	212.292	228.287	373.384	234.791
Contas a receber	2.705.920	2.029.747	3.387.419	2.029.708
Derivativos - Ativo	-	-	4.169	-
Derivativos - Passivo	-	-	(39.612)	-
Total	(539.123)	(148.569)	(974.011)	(162.365)
Patrimônio líquido	2.460.560	1.059.678	2.460.560	1.059.678
Índice de endividamento líquido	22%	14%	40%	15%

As obrigações de curto prazo representam o total do passivo circulante, líquidos dos derivativos.

Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das informações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

A Companhia acredita que não terá problemas em honrar os vencimentos de curto prazo. Praticamente todos os recebíveis podem ser antecipados no momento de sua venda. Assim, todas as vendas, mesmo as parceladas, tem potencial de serem recebidas à vista, por meio de venda da carteira de recebíveis.

A maioria dos empréstimos e financiamentos e debêntures estão no longo prazo, sendo que apenas 24,5% serão liquidados em curto prazo, ou seja, em até 12 meses, com custo médio aproximado de CDI + 1,47% anual.

31 de dezembro de 2022	Controladora						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	2.392.939	2.392.939	536.904	1.856.035	-	-	-
Fornecedores - risco sacado	138.171	138.171	119.130	19.041	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	167.808	192.552	4.642	99.892	87.458	560	-
Debêntures	965.483	1.299.209	29.151	281.194	275.277	534.646	178.941
Impostos parcelados	35.291	38.797	5.540	21.057	9.347	2.807	46
Arrendamentos a pagar	1.489.084	2.077.018	47.922	246.006	514.735	446.586	821.769
Outras contas a pagar	48.120	47.952	47.952	-	-	-	-
Total	5.236.896	6.186.638	791.241	2.523.225	886.817	984.599	1.000.756



31 de dezembro de 2021	Controladora						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	1.745.468	1.745.469	734.465	1.011.004	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	294.993	339.259	3.262	151.096	99.485	85.416	-
Debêntures	528.785	648.483	-	127.160	218.245	303.078	-
Impostos parcelados	73.412	81.881	7.485	35.338	27.100	11.882	76
Arrendamentos a pagar	1.416.102	1.941.596	41.664	216.422	491.565	422.111	769.834
Outras contas a pagar	49.869	49.869	49.869	-	-	-	-
Total	4.108.629	4.806.557	836.745	1.541.020	836.395	822.487	769.910

31 de dezembro de 2022	Consolidado						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	2.979.788	2.979.788	1.484.621	1.495.167	-	-	-
Fornecedores - risco sacado	138.171	138.171	119.130	19.041	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	168.078	191.804	4.592	99.423	87.229	560	-
Debêntures	965.483	1.285.633	28.662	276.862	271.200	530.472	178.437
Impostos parcelados	109.608	127.784	10.659	45.449	33.128	37.771	777
Arrendamentos a pagar	1.603.956	2.176.721	51.382	264.578	560.203	488.839	811.719
Derivativo	39.612	39.612	-	39.612	-	-	-
Outras contas a pagar	116.148	140.441	140.441	-	-	-	-
Total	6.120.844	7.079.954	1.839.487	2.240.132	951.760	1.057.642	990.933

31 de dezembro de 2021	Consolidado						
	Valor contábil	Fluxos de caixa contratuais	2 meses ou menos	02 a 12 meses	1 a 2 anos	2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Fornecedores	451.580	451.580	372.098	79.482	-	-	-
Fornecedores - risco sacado	67.714	67.714	42.690	25.024	-	-	-
Empréstimos e financiamentos	294.993	339.259	3.262	151.096	99.485	85.416	-
Debêntures	528.785	648.483	-	127.160	218.245	303.078	-
Impostos parcelados	146.808	172.839	12.387	61.690	50.560	48.040	162
Arrendamentos a pagar	1.416.102	1.941.596	41.664	216.422	491.565	422.111	769.834
Outras contas a pagar	50.207	50.207	50.207	-	-	-	-
Total	2.956.189	3.671.678	522.308	660.874	859.855	858.645	769.996

Os fluxos de entradas/saídas divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros que normalmente não são encerrados antes do vencimento contratual. A divulgação apresenta os montantes dos fluxos de caixa líquidos para derivativos que são liquidados em caixa com base em sua exposição líquida e fluxos de caixa bruto de entradas e saídas para os derivativos que têm liquidação simultânea bruta.

5.2.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver

capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos e debêntures de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos e financiamentos	168.078	294.993
Debêntures	965.483	528.785
Caixas e equivalentes de caixa	(373.384)	(234.791)
Dívida líquida	760.177	588.987
Total do patrimônio líquido	2.460.560	1.059.678
Capital total	3.220.737	1.648.665
Índice de alavancagem financeira - %	24%	36%

A Companhia apresentava em 31 de dezembro de 2022, capital circulante líquido consolidado de R\$ 1.779.989 (R\$ 804.604 em 31 de dezembro de 2021), ou seja, uma variação positiva de R\$ R\$975.385.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentou prejuízo antes dos impostos consolidado de R\$ 44.295 (lucro de R\$ 7.781 em 31 de dezembro de 2021).

5.2.3. Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos

Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)

Nível 3 - Inputs, para ativos ou passivos, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Valor justo versus valor contábil - Consolidado

Para todas as operações a administração considera que o valor justo se equipara ao valor contábil, uma vez que para essas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Os empréstimos, financiamentos e debêntures são mantidos atualizados monetariamente com base em taxas de juros contratadas de acordo com as condições iguais de mercado e, portanto, os saldos a pagar nas datas dos balanços aproximam-se substancialmente dos valores de mercado, mesmo aqueles classificados como “não circulantes”, considerando-se a modalidade dos correspondentes financiamentos.

A Companhia possui aplicações financeiras em títulos de renda fixa de curto prazo que são realizadas em instituições financeiras tradicionais e são consideradas de baixo risco.

As taxas aplicadas nas operações de empréstimos, financiamentos e debêntures estão apresentadas ao longo da Nota 21.

A tabela abaixo demonstra em resumo os ativos e passivos financeiros mensurados a valor justo no balanço patrimonial da Companhia, incluindo seus níveis na hierarquia do valor justo entre 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	Hierarquia de valor justo	Consolidado		
		Valor Contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	Nível 2	40.111	-	40.111
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	333.273	333.273	-
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	4.169	-	4.169
Contas a receber (Nota 7)	Nível 2	3.387.419	-	3.387.419
Total		3.764.972	333.273	3.431.699
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 21)	Nível 2	168.078	-	168.078
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 9)	Nível 2	39.612	-	39.612
Debêntures (Nota 21)	Nível 2	965.483	-	965.483
Arrendamentos (Nota 19)	Nível 2	1.603.956	-	1.603.956
Fornecedores (Nota 20)	Nível 2	2.979.788	-	2.979.788
Fornecedores - risco sacado (Nota 20)	Nível 2	138.171	-	138.171
Total		5.895.088	-	5.895.088



	Consolidado			
	31/12/2021			
	Hierarquia de valor justo	Valor Contábil	Valor justo	Custo amortizado
Ativos				
Caixa e bancos (Nota 6)	Nível 2	19.575	-	19.575
Aplicações financeiras (Nota 6)	Nível 2	215.540	215.540	-
Contas a receber (Nota 7)	Nível 2	2.029.708	-	2.029.708
Outros ativos (Nota 15)	Nível 2	19.038	-	19.038
Total		2.283.861	215.540	2.068.321
Passivos				
Empréstimos e financiamentos (Nota 21)	Nível 2	294.993	-	294.993
Debêntures (Nota 21)	Nível 2	528.785	-	528.785
Arrendamentos (Nota 19)	Nível 2	1.416.102	-	1.416.102
Fornecedores (Nota 20)	Nível 2	1.677.785	-	1.677.785
Fornecedores - risco sacado (Nota 20)	Nível 2	67.714	-	67.714
Total		3.985.379	-	3.985.379

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

6.1 Política contábil

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixas e investimentos financeiros de curto prazo com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são prontamente conversíveis em uma quantia conhecida de caixa, sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

As aplicações financeiras de curto prazo que são prontamente conversíveis e estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor são representadas por Certificados de Depósito Bancário - CDBs remunerados por taxas que variam aproximadamente em 55% para aplicações diárias (65% em aplicações diárias em 31 de dezembro 2021) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Caixa	4.816	5.919	6.281	5.919
Bancos	5.639	7.152	33.723	13.656
Aplicações financeiras	201.837	215.216	333.273	215.216
Meios de pagamento	-	-	107	-
Total	212.292	228.287	373.384	234.791

7. CONTAS A RECEBER

7.1 Política contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de arrecadar fluxos de caixa contratuais e, portanto, essas contas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros, deduzidas das provisões para perdas. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

7.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Administradora de cartão de crédito (a)	976.195	796.530	1.509.515	796.530
Duplicatas a receber / atacado	8.430	11.241	192.897	11.241
Contas a receber – partes relacionadas (nota 25)	1.721.461	1.221.976	1.686.441	1.221.937
Subtotal	2.706.086	2.029.747	3.388.853	2.029.708
Provisão para perda esperada do contas a receber	(166)	-	(1.434)	-
Total	2.705.920	2.029.747	3.387.419	2.029.708

O saldo da rubrica “contas a receber” está distribuído entre as administradoras de cartões de crédito e vendas no atacado. A totalidade do saldo a receber de clientes é denominada em reais. Em 31 de dezembro de 2022, 88,67% do recebíveis da Companhia é decorrente de operações com cartão de crédito que corresponde ao montante total de R\$ 1.509.515 (R\$ 796.530 em 31 de dezembro de 2021).

As movimentações na provisão para perda esperada são constituídas com base na perda de crédito esperada das vendas ao atacado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	-	-	-	-
Constituição	(2.104)	-	(2.299)	-
Baixas	1.938	-	865	-
Saldo Final	(166)	-	(1.434)	-

A provisão para perda esperada em 31 de dezembro de 2022 está demonstrada abaixo:

	Controladora			
	Saldo contábil bruto 31/12/2022	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	142	100,00%	142	Sim
Recebíveis de atacado	8.288	0,28%	24	Não
Recebíveis de varejo	976.195	0,00%	-	Não
Total	984.625		166	

Consolidado				
	Saldo contábil bruto 31/12/2022	(%)Taxa média de perda estimada	Provisão para perda esperada	Com problemas de recuperação
Reserva específica	889	100,00%	889	Sim
Recebíveis de atacado	192.008	0,28%	545	Não
Recebíveis de varejo	1.509.515	0,00%	-	Não
Total	1.702.412		1.434	

A seguir apresentamos o aging list consolidado do contas a receber Administradoras de cartões e duplicatas a receber do atacado:

Aging	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos acima de 120 dias	1.256	32
Vencidos acima de 90 dias	1.247	12
Vencidos até 90 dias	466	216
Vencidos até 60 dias	6.372	20
Vencidos até 30 dias	8.349	650
À vencer até 30 dias	755.123	270.422
À vencer de 31 a 60 dias	339.970	163.738
À vencer de 61 a 90 dias	197.960	131.555
À vencer de 91 a 120 dias	119.594	71.001
À vencer de 121 a 180 dias	153.007	90.464
À vencer acima de 181 dias	119.068	79.661
Total	1.702.412	807.771

8. ESTOQUES

8.1 Política contábil

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O método de avaliação dos estoques é o da média ponderada móvel. Os custos dos estoques incluem tributos não recuperáveis, bem como os demais gastos incorridos na aquisição de estoques, adquiridos no mercado nacional ou no exterior. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados necessários para efetuar a venda. Os custos dos estoques incluem a transferência do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa qualificados das compras de mercadoria para revenda.

A provisão para perdas nos estoques e produtos obsoletos da Companhia é constituída por meio do histórico de perdas reais no nível de loja, grupo e categoria de produtos e tempo de vida das coleções, projetada sobre a sua receita futura considerando o melhor julgamento da Administração para as controladas incluídas nas demonstrações consolidadas. Caso o potencial de perda não seja mais provável, a provisão é revertida na proporção correspondente.

Os estoques estão armazenados em bom estado de conservação e segurança, com baixo risco de obsolescência no curto prazo.

8.2 Composição

Apresentamos abaixo o saldo de estoque líquido de provisão para perdas:



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Mercadoria de revenda (lojas)	654.425	437.116	1.037.331	437.116
Mercadoria de revenda (Centros de distribuição)	170.657	186.731	646.116	186.731
Importação em andamento	35.307	13.941	405.053	13.941
Almoxarifado	11.319	8.469	11.589	8.469
Total	871.708	646.257	2.100.089	646.257

Movimentação de provisão para perdas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(13.336)	(15.793)	(13.336)	(15.793)
Adição	(35.921)	(36.734)	(14.724)	(36.734)
Perdas efetivas nos estoques	47.902	39.191	35.487	39.191
Aquisição de controle Fisica - provisão para perdas	-	-	(16.040)	-
Saldo Final	(1.355)	(13.336)	(8.613)	(13.336)

A Companhia constituiu a provisão consolidada de R\$ 14.724 no custo de revenda de mercadorias em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 36.734 em 31 de dezembro de 2021). A provisão de R\$ 8.613 (R\$ 13.336 em 31 de dezembro de 2021) é classificada como redutora de mercadoria para revenda tendo como base a média de perdas históricas. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo referente a perdas efetivas é de R\$ 35.487 (R\$ 39.191 em 31 de dezembro de 2021).

9. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS - CONSOLIDADO

9.1 Política contábil

A contratação e operação de hedge da Companhia está baseada em sua política, aprovada pela Administração, que tem como objetivo garantir a eficácia da aplicação da política de risco corporativo e de risco cambial, nas técnicas de contabilização e uso de instrumentos financeiros de proteção (hedge).

As operações com derivativos variam em decorrência do fluxo de planejamento de importações, pois são contratados em virtude da expectativa de realização das compras de mercadorias no mercado internacional.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e sobre a mensuração ao valor justo estão incluídas na Nota 5.

9.2 Composição

	Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021
Contratos de câmbio utilizados para hedge – Ativo	4.169	-
Contratos de câmbio utilizados para hedge – Passivo	(39.612)	-
Total	(35.443)	-

Os derivativos são usados apenas para fins econômicos de hedge e não como investimentos especulativos. Entretanto, os derivativos que não se enquadram nos critérios de contabilidade de hedge são classificados como "mantidos para negociação" para fins contábeis e mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os derivativos para negociação são classificados como ativo ou passivo circulante. O valor justo total de um derivativo de hedge é classificado como ativo ou passivo não circulante, se o período remanescente para o vencimento do item protegido por hedge for superior a 12 meses.

10. TRIBUTOS A COMPENSAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
ICMS (a)	132.074	110.041	444.959	110.041
PIS (b)	15.923	42.019	29.244	42.161
COFINS (b)	73.670	192.022	130.835	194.288
IRRF	20.586	806	10.443	806
INSS	3.555	3.625	10.178	8.799
ISS	454	-	585	-
Total	246.262	348.513	626.244	356.095
Circulante	154.652	294.089	489.821	301.671
Não circulante	91.610	54.424	136.423	54.424

(a) Os créditos de ICMS são gerados substancialmente nas apurações correntes da Companhia e também por outras naturezas, decorrentes de ICMS Substituição Tributária e próprio.

(b) ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS: As controladas da Companhia, ingressaram com ações judiciais em 2006 para pleitear a inconstitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS e da COFINS para o período de 2001 a 2017, julgadas favoráveis em 2019, momento em que reconheceu o crédito tributário de PIS e COFINS. A SBF Comércio reconheceu o montante bruto de R\$ 669.363 relativos ao exercício de apuração de 2004 a 2019. A Controlada Fisia reconheceu o montante de R\$318.435 relativos ao exercício de apuração de 2009 a 2017.

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo dos créditos a serem utilizados era de R\$ 154.652 e a expectativa de utilização desses créditos é de até 12 meses em sua totalidade, com base na projeção das transações de compras e vendas de mercadorias.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A COMPENSAR – CONSOLIDADO

11.1 Política contábil

Ativos tributários correntes são mensurados ao valor esperado a ser recuperado das autoridades tributárias. As alíquotas e a legislação tributária utilizadas no cálculo dos mencionados montantes são aquelas que estão em vigor, ou substancialmente em vigor, na data do encerramento do exercício atual. No balanço patrimonial, os tributos correntes são apresentados líquidos dos valores recolhidos por antecipação ao longo do exercício. Imposto de renda e contribuição social correntes, relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

11.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
IRPJ/CSLL sobre selic	77.271	70.674	77.297	70.674
IRPJ/CSLL	-	-	32.269	3
Total	77.271	70.674	109.566	70.677
Circulante	-	-	32.269	3
Não circulante	77.271	70.674	77.297	70.674

A SBF Comércio e Fisia ajuizaram ação judicial durante os anos de 2018 e 2019, para declarar inconstitucional a incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores atinentes à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito (RI) tributário. Em 24 de setembro de 2021, o STF concluiu o julgamento do RE nº 1.063.187 (Tema 962), onde houve decisão favorável ao contribuinte. A Companhia realizou o levantamento das atualizações monetárias tributadas indevidamente para mensuração dos valores a serem reconhecidos contabilmente à luz do que estabelece o IFRIC 23/ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro registrando em suas demonstrações financeiras consolidadas um crédito de R\$ 85.771, sendo R\$ 79.220 de principal e R\$ 6.550 de atualização monetária e R\$ 34.900 relativo aos impostos diferidos decorrentes da recomposição do prejuízo fiscal referente aos exercícios em que o Grupo apurou base fiscal negativa. Os valores serão utilizados somente após o trânsito em julgado da ação.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

12.1 Política contábil

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço das entidades da Companhia que geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. Entretanto, o Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento

inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias decorrentes dos investimentos em controladas, exceto quando o momento da reversão das diferenças temporárias seja controlado pela Companhia, e desde que seja provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

12.2 Composição

O saldo de impostos diferidos tem a seguinte origem:

	Controladora					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal e base negativa	150.264	150.264	-	-	150.264	150.264
Provisões gerais e contingências	60.535	60.535	-	-	60.535	60.535
Provisão para estoques	4.534	4.534	-	-	4.534	4.534
Provisão de bônus	14.593	14.593	-	-	14.593	14.593
Depreciação / Arrendamento	375.532	226.212	(258.040)	(169.605)	117.493	56.607
Ágio	71.051	71.050	(61.577)	(61.577)	9.473	9.473
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	676.509	527.188	(319.617)	(231.182)	356.892	296.006
Montante passível de compensação	(319.617)	(231.182)	319.617	231.182	-	-
Imposto líquido (ativos) passivos	356.892	296.006	-	-	356.892	296.006

	Consolidado					
	Ativos		Passivos		Líquido	
	2022	2021	2022	2021	2022	2021
Prejuízo fiscal	372.373	150.264	-	-	372.373	150.264
Provisões gerais e contingências	132.895	60.535	(8.228)	-	124.667	60.535
Provisão para estoques	12.559	4.534	-	-	12.559	4.534
Provisão de bônus	14.593	14.593	-	-	14.593	14.593
Depreciação	49.486	2.029	-	-	49.486	2.029
Mais valia - Fitdance	-	-	(1.493)	-	1.493	-
Depreciação / Arrendamento	335.971	224.183	(260.015)	(169.605)	75.956	54.578
Ágio	71.050	71.050	(61.577)	(61.577)	9.473	9.473
Imposto de renda diferido ativo (passivo)	988.927	527.188	(331.313)	(231.182)	657.614	296.006
Montante passível de compensação	(321.592)	(231.182)	(321.592)	231.182	-	-
Imposto líquido (ativos) passivos	667.335	296.006	(9.721)	-	657.614	296.006

Principais premissas utilizadas nas projeções de resultados para uso do ativo fiscal diferido

As principais premissas utilizadas no cálculo da projeção de resultados são o prazo de projeção, a taxa de crescimento da receita e ganho de margem anual, conforme abaixo:

Prazo de projeção

O estudo preparado pela Companhia, sujeito a sensibilização das principais premissas, indica ser provável a utilização do ativo no exercício demonstrado no quadro abaixo, dado sua experiência e capacidade de gestão, bem como visibilidade dos projetos estratégicos para a SBF Comércio.

Conforme política contábil adotada, A Companhia reconhece o ativo fiscal diferido conforme a estimativa de lucros tributáveis futuros que espera-se que estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios nos próximos 9 anos.

A previsão de realização dos impostos diferidos ativo está representada abaixo:

Ano	Controladora
	31/12/2022
2022	7.305
2023	2.253
2024	12.274
2025	26.136
2026	35.498
2027	49.847
2028	65.270
2029	87.262
2030	71.047
Total	356.892

A previsão de realização dos impostos diferidos ativo consolidada está representada abaixo:

Ano	31/12/2022		
	SBF Comércio	Fisia	Consolidado
2022	7.305	23.595	30.900
2023	2.253	38.669	40.922
2024	12.274	53.194	65.468
2025	26.136	71.454	97.590
2026	35.498	83.345	118.843
2027	49.847	40.186	90.033
2028	65.270	-	65.270
2029	87.262	-	87.262
2030	71.047	-	71.047
	356.892	310.443	667.335

Taxa de crescimento da receita

Foi utilizado uma premissa de crescimento pela inflação e PIB projetados, bem como um crescimento adicional para os anos de copa do mundo, resultando em um crescimento médio de 12,4% a.a.

Ganho de margem

Foi considerado um aumento de margem líquida baseado na diluição de despesas fixas da Companhia, tanto de vendas como administrativas, resultando em um ganho médio anual de 0,33p.p. para o período.

Análise de sensibilidade das premissas

O valor previsto de lucro tributável para os próximos 9 anos é suficiente para o uso do ativo fiscal diferido contábil de R\$ 667.335. A Companhia efetuou teste de sensibilidade considerando a taxa máxima de desconto de 16% ao ano, a fim de demonstrar que nesse cenário a realização do ativo fiscal diferido não sofreria impacto quando comparado com a projeção e estudo técnico elaborado.

Ativos fiscais diferidos não reconhecidos

Os ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para os seguintes itens, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar seus benefícios:

	2022					
	SBF - Controladora		Lione		Consolidado	
	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	146.763	49.899	151.327	51.451	298.090	101.351
Despesas temporárias	80.018	27.206	6.013	2.044	86.030	29.250
Total	226.781	77.105	157.340	53.495	384.120	130.601

	2021					
	SBF - Controladora		Lione		Consolidado	
	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário	Base	Efeito tributário
Prejuízos fiscais acumulados	215.595	73.302	147.387	50.112	362.982	123.414
Despesas temporárias	-	-	1.745	593	1.745	593
Total	215.595	73.302	149.132	50.705	364.727	124.007

Movimento das diferenças temporárias

A conciliação da despesa consolidada de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:

	Controladora			
	Saldo em 01/01/2022	Reconhecidos no resultado	Ágio	Saldo em 31/12/2022
Prejuízo fiscal e base negativa	150.264	(9.473)	9.473	150.264
Provisões gerais e contingências	60.535	-	-	60.535
Provisão para estoques	4.534	-	-	4.534
Provisão de bônus	14.593	-	-	14.593
Depreciação	56.607	60.886	-	117.493
Ágio	9.473	9.473	(9.473)	9.473
Imposto líquido ativo (passivo)	296.006	60.886	-	356.892

	Consolidado				
	Saldo em 01/01/2022	Reconhecidos no resultado	Ágio	Aquisição de controle Fisica	Saldo em 31/12/2022
Prejuízo fiscal	150.264	(9.473)	9.473	222.109	372.373
Provisões gerais e contingências	60.535	(5.344)	-	69.476	124.667
Provisão para estoques	4.534	(816)	-	8.841	12.559
Provisão de bônus	14.593	-	-	-	14.593
Depreciação	2.029	47.457	-	-	49.486
Arrendamento	54.578	18.514	-	2.864	75.956
Ágio	9.473	9.473	(9.473)	-	9.473
Mais valia - Fitdance	-	-	(1.493)	-	(1.493)
Imposto líquido ativo (passivo)	296.006	59.811	(1.493)	303.290	657.614

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social está descrita a seguir:



	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	(26.436)	(23.060)	(44.295)	7.781
Alíquota fiscal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota combinada	8.988	7.840	15.060	(2.646)
Adições permanentes:				
Despesas não dedutíveis	(88.298)	(7.455)	(92.004)	(8.131)
Exclusões permanentes:				
Incentivo fiscal	54.112	38.137	56.108	38.137
Receitas não tributáveis	35.905	1.972	40.827	4.684
Outros itens:				
Efeito no resultado de equivalência patrimonial	17.745	(18.484)	43	-
Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos e diferenças temporárias	(60.061)	4.745	(63.849)	(5.290)
Efeito de impostos diferidos não reconhecidos em exercícios anteriores (b)	66.606	-	59.948	-
Juros sobre capital próprio	31.569	-	63.138	-
IR/CSLL sobre taxa selic (a)	-	73.732	-	42.891
Efeito IR sobre gratificação à administradores	-	27	-	27
PAT	-	803	(411)	803
Base isenta adicional IRPJ 10%	-	18	2	18
Outros	40	2.035	5.603	2.036
Imposto de renda e contribuição social	66.606	103.370	84.465	72.529
Imposto de renda e contribuição social corrente no resultado do exercício				
Corrente	5.720	4.685	24.654	4.685
Diferido	60.886	98.685	59.811	67.844
Alíquota efetiva	-252%	-20%	-191%	60%

- a) Registro do imposto de renda e contribuição social corrente e diferido sobre os valores atinentes à taxa Selic conforme descrito em Nota 12 no montante de R\$ 73.732.
- b) No ano de 2022, baseado em estudo técnico de projeções de lucros tributáveis futuros, a SBF Comércio contabilizou ativo fiscal diferido não reconhecido em anos anteriores relativo a prejuízo fiscal e base negativa e diferenças temporárias no montante de R\$ 66.606.

13. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

13.1 Política contábil

Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios de 25% estão demonstrados nos balanços patrimoniais como obrigações legais (provisões no passivo circulante). Os dividendos em excesso a esse mínimo, ainda não aprovados para pagamento pela assembleia de acionistas, estão demonstrados como dividendo adicional proposto no patrimônio líquido. Após a aprovação pela assembleia de acionistas, os dividendos em excesso ao mínimo são transferidos para o passivo circulante, passando a caracterizar como obrigações legais.

Juros sobre capital próprio

O juros sobre capital próprio é realizado com base na aprovação da administração da Companhia, em reunião junto ao Conselho de Administração, o qual, a distribuição a seus acionistas é

calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP).

a) Dividendos a pagar - Consolidado

Saldo em 31.12.2021	-
Dividendos propostos ao Grupo SBF - 2021	202.924
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(202.924)
Dividendos intermediários ao Grupo SBF - 2022	239.283
Pagamento de dividendos ao Grupo SBF	(3.527)
Saldo em 31.12.2022	235.756

b) Juros sobre capital próprio - Controladora

A partir de 01 de dezembro de 2022 a Fisia passou a ser controlada pela SBF Comércio, por meio de cessão das quotas do Grupo SBF. Após a mudança de controle, a Fisia deliberou juros sobre capital próprio a pagar para sua controladora SBF Comércio com base no patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2022. O saldo a pagar está demonstrado abaixo:

	2022	2021
Juros sobre capital próprio	92.849	-
IRRF sobre JCP	(13.927)	-
Juros sobre capital próprio líquido	78.922	-
Recebimento de juros sobre capital próprio	(3.000)	-
Juros sobre capital próprio a receber	75.922	-

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E PROVISÕES PARA RISCOS

ADMINISTRATIVOS E JUDICIAIS

14.1 Política contábil

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões para reestruturação compreendem multas por rescisão de contratos de aluguel e pagamentos por rescisão de vínculo empregatício. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

14.2 Composição

Depósitos judiciais

As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				Saldo em 31/12/2022
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Reversões	
Depósitos judiciais	43.881	38.801	-	(3.638)	79.044
Depósitos judiciais - Rendimentos	7.239	7.036	(102)	(501)	13.672
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.921	997	(1.118)	(82)	3.718
Total	55.041	46.834	(1.220)	(4.221)	96.434

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Reversões	Aquisição FitDance	Aquisição de controle Fisica	Saldo em 31/12/2022
Depósitos judiciais	99.990	60.082	-	(3.643)	3	73.755	230.187
Depósitos judiciais - Rendimentos	33.686	13.644	(102)	(448)	-	3.790	50.570
Bloqueio judicial - Trabalhista	3.921	997	(1.118)	(78)	-	-	3.722
Total	137.597	74.723	(1.220)	(4.169)	3	77.545	284.479

Durante o exercício de 2022 foram realizadas ações judiciais para a discussão da aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022, nos termos do artigo 150, III, 'b' e 'c' da CF/88. Ainda, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia da discussão dos valores pelo contribuinte, as controladas da Companhia, realizaram depósitos judiciais para alguns períodos e alguns Estados, conforme estratégia adotada.

As movimentações do saldo de depósitos e bloqueios judiciais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Reversões	
Depósitos judiciais	25.733	21.640	(341)	(3.151)	43.881
Depósitos judiciais - Rendimentos	4.987	2.534	(235)	(47)	7.239
Bloqueio judicial - Trabalhista	5.058	356	(1.247)	(246)	3.921
Total	35.778	24.530	(1.823)	(3.444)	55.041

	Consolidado				Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Reversões	
Depósitos judiciais	81.846	23.122	(1.793)	(3.185)	99.990
Depósitos judiciais - Rendimentos	30.006	6.471	(2.745)	(46)	33.686
Bloqueio judicial - Trabalhista	5.058	355	(1.246)	(246)	3.921
Total	116.910	29.948	(5.784)	(3.477)	137.597

Provisões para riscos administrativos e judiciais

As movimentações do saldo das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				Saldo final em 31/12/2022
	Saldo inicial em 01/01/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	
Cível / Consumidor (a)	5.038	6.096	(6.136)	(30)	4.968
Trabalhistas (b)	32.365	10.169	(8.160)	(7.099)	27.275
Tributário (c)	154.892	9.975	(28.689)	(623)	135.555
Total	192.295	26.240	(42.985)	(7.752)	167.798

	Consolidado					Saldo final em 31/12/2022
	Saldo inicial em 01/01/2022	Adições	Pagamentos	Reversões	Aquisição de controle Fisica	
Cível / Consumidor (a)	5.038	7.477	(1.829)	(508)	1.537	11.715
Trabalhistas (b)	32.365	10.169	(8.160)	(6.569)	2.085	29.890
Tributário (c)	167.056	10.375	(28.689)	(1.676)	308.579	455.645
Total	204.459	28.021	(38.678)	(8.753)	312.201	497.250

As adições representam novas ações provisionadas com risco de perda provável e atualizações monetárias, os pagamentos representam processos onde a Companhia perdeu ação judicial e as reversões representam processos onde houve ganho de causa para o Grupo ou quando houve alteração na classificação de risco de perda entre os períodos (mudança de risco de perda provável para risco de perda possível ou remota).

As movimentações do saldo das provisões para riscos administrativos e judiciais para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, estão demonstradas no quadro abaixo:

	Controladora				Saldo final em 31/12/2021
	Saldo inicial em 01/01/2021	Adições	Pagamentos	Reversões	
Cível / Consumidor (a)	12.823	8.673	(16.458)	-	5.038
Trabalhistas (b)	32.015	12.462	(9.484)	(2.628)	32.365
Tributário (c)	133.966	23.111	(372)	(1.813)	154.892
Total	178.804	44.246	(26.314)	(4.441)	192.295

	Consolidado				Saldo final em 31/12/2021
	Saldo inicial em 01/01/2021	Adições	Pagamentos	Reversões	
Cível / Consumidor (a)	12.823	8.673	(16.458)	-	5.038
Trabalhistas (b)	32.015	12.462	(4.153)	(7.959)	32.365
Tributário (c)	174.435	21.998	(10.745)	(18.632)	167.056
Total	219.273	43.133	(31.356)	(26.591)	204.459

a. Processos de natureza cível / consumidor

São processos que envolvem as relações de consumo das lojas físicas e e-commerce. Os principais objetos são atraso ou ausência de entrega de produtos, cobrança indevida, produto em falta no estoque, entre outros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldo consolidado de R\$ 11.715 (R\$ 5.038 em 31 de dezembro de 2021) do montante discutido em sua carteira de processos de consumidor,

provisionado. O montante não provisionado referente aos valores com chances de perda possível é de R\$ 52.631 (R\$ 36.986 em 31 de dezembro de 2021) baseado na opinião dos assessores jurídicos, considerando precedentes e/ou jurisprudências.

b. Processos de natureza trabalhista

Os principais objetos em discussão versam sobre pedidos que envolvem jornada, equiparação salarial, danos morais, verbas rescisórias entre outros.

Em dezembro de 2022, a Companhia possui R\$ 29.890 (R\$ 32.365 em 31 de dezembro de 2021) do montante discutido em sua carteira de processos trabalhistas provisionado, sendo que o montante não provisionado refere-se aos valores com chances de perda possível de R\$ 64.318 (R\$ 59.001 em 31 de dezembro de 2021) baseado na opinião dos assessores jurídicos, considerando precedentes, e/ou jurisprudências.

c. Processos de natureza tributária

Em 31 de dezembro de 2022, o total de débitos tributários que são classificados como perda provável, perfazem o montante de R\$ 455.645 (R\$ 167.056 em 31 de dezembro de 2021).

Os valores mais expressivos envolvem a cobrança de ICMS pelo fato da autoridade fiscal do Estado de São Paulo não ter reconhecido o trânsito de algumas mercadorias, somados a multa majorada e juros, os quais hoje, são discutidos na esfera administrativa e judicial. Há outras discussões que envolvem ICMS Substituição tributária e créditos de ICMS no Estado da Bahia e multa punitiva federal.

A SBF realizou o pagamento do auto de infração que discutia o IPI revenda, no valor de R\$ 28.318, inicialmente provisionado em dezembro de 2020, por meio da utilização de créditos de PIS/COFINS.

Passivos contingentes

Processos federais

Os processos federais em que as empresas da Companhia figuram no polo passivo e ativo consolidados (com eventuais chances de contingência), estão classificados como perda possível no montante de R\$ 401.437 (R\$ 337.286 em dezembro de 2021), conforme avaliação dos advogados, diante da existência de defesa baseada em jurisprudência e doutrina.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Imposto				
FGTS (a)	95.932	91.467	95.932	91.467
PIS/COFINS/IRPJ e CSLL (b)	54.966	50.718	56.504	52.201
IRPJ e CSLL (c)	110.724	97.218	110.843	97.399
PIS / COFINS (d)	2.152	1.987	26.727	1.987
IOF (e)	8.072	7.484	8.072	7.484
INSS (f)	95.627	85.121	95.968	85.121
Outros (g)	1.881	1.627	7.391	1.627
Total	369.354	335.622	401.437	337.286

Abertura dos saldos consolidados:

(a) **FGTS** - Discute-se eventual falta de depósito do FGTS mensal e rescisório para colaboradores listados pelo Ministério do Trabalho e Emprego, do período de julho 2004 a 2017, no montante de R\$ 95.932 (R\$ 91.467 em 31 de dezembro de 2021).

(b) **PIS/COFINS/IRPJ e CSLL** - Existe também a discussão no montante de R\$ 56.505 (R\$ 50.718 em 31 de dezembro de 2021) decorrentes da cobrança de IRPJ e CSLL, referente às exclusões de valores no ano-calendário de 2014 a título de incentivos fiscais dos Estados da Paraíba e Minas Gerais e cobrança por creditamento de PIS e COFINS sobre insumos considerado indevido pela RFB. Discute-se, ainda, o montante de R\$ 1.539 (R\$ 1.484 em 31 de dezembro de 2021) referente à multa agravada.

(c) **IRPJ e CSLL** - A Companhia discute o montante de R\$ 36.361 (R\$ 28.728 em 31 de dezembro de 2021), sendo que os valores mais relevantes estão relacionados a eventual falta de pagamento do IRPJ e CSLL decorrentes das exclusões de valores nos anos-calendário de 2009, 2010 e 2011, a título de incentivos fiscais e dos ajustes de estoque, ocorridos nos períodos de 2009 e 2010, além de discussões referentes a compensações não homologadas, entre outros. Discute também o montante de R\$ 74.482 (R\$ 68.338 em 31 de dezembro de 2021), por eventual falta de pagamento de IRPJ e CSLL, decorrente de exclusões de valores da base de cálculo no ano de 2015 a título de incentivos fiscais. As demais discussões perfazem o montante de R\$ 333 em 31 de dezembro de 2021.

(d) **PIS/COFINS** - Discute-se o montante de R\$ 26.727 (R\$ 1.987 em 31 de dezembro de 2021) acerca de compensações não homologadas realizadas nos períodos entre 2008, 2012 a 2017, em razão de supostas divergências nas declarações.

Ainda, em relação à operação da Companhia, diante do julgamento proferido pelo STJ no Resp 1.221.170/PR, e apoiado na opinião de seus assessores jurídicos externos, a Companhia avaliou suas despesas nos termos do conceito de relevância e essencialidade para desenvolvimento de sua atividade econômica específica e apropriou créditos de PIS e COFINS não cumulativos em relação às principais despesas no montante de R\$ 33.393 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 23.732 em 31 de dezembro de 2021) (reconhecido em outras receitas e despesas operacionais).

(e) **IOF** - Discute-se eventual falta de pagamento de imposto sobre operações financeiras entre empresas do mesmo grupo econômico no montante de R\$ 8.072 (R\$ 7.484 em 31 de dezembro de 2021), do período de 2014 e 2015.

(f) **INSS** - Discute-se eventual falta de pagamento de contribuição previdenciária e contribuição do grau de incidência de incapacidade laborativa decorrente dos riscos ambientais do trabalho, no montante de R\$ 2.880 (R\$ 906 em 31 de dezembro de 2021). Discute-se ainda o montante de R\$ 93.088 (R\$ 84.215 em 31 de dezembro de 2021), referentes à compensações não homologadas e multa, relativos a créditos de verbas previdenciárias de 2013 à 2022.

(g) **Outros** - Discute-se multa isolada em razão de não homologação de pedidos de compensação, entre outras discussões, que perfazem o montante de R\$ 7.391 (R\$ 1.627 em 31 de dezembro de 2021).

Processos estaduais

A Companhia é parte integrante de processos tributários na esfera administrativa e judicial relativos às discussões sobre ICMS. Com base na avaliação e recomendação dos advogados externos, consideradas as perspectivas de êxito na discussão do mérito de cada processo, a Administração da Companhia decidiu por constituir provisão em valor suficiente para fazer frente

a eventuais perdas oriundas do resultado final do julgamento dos processos. Os honorários dos advogados patrocinadores das causas foram devidamente provisionados.

Além dos valores já provisionados, acima mencionados, em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui 19,4% (23,2% em 31 de dezembro de 2021) da sua carteira de processos tributários estaduais classificados como perda possível pelos seus advogados. Tratam-se de processos para cobrança de Diferencial de Alíquota de ICMS (DIFAL), cujos débitos estão garantidos através de depósitos judiciais em ações ativas e de processos de ICMS decorrentes de autuação pelas Secretarias de Fazenda Estaduais, sendo as principais dos Estados de São Paulo, Paraíba, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia, Ceará, Pernambuco, Amazonas, Maranhão, no montante de R\$ 359.364 (R\$ 143.229 em 31 de dezembro de 2021), e que as teses de defesa se baseiam em precedentes e/ou jurisprudências favoráveis.

Os processos administrativos e judiciais de maior relevância têm como objeto suposta falta de pagamento, creditamento ou aproveitamento indevido do imposto, descumprimento ou erro em obrigação acessória e transferência de saldo credor nas apurações realizadas pela Companhia, considerada como indevida pelo Fisco.

Processos municipais

A Companhia possui, ainda, processos municipais, que somam, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R\$ 318 (R\$ 226 em 31 de dezembro de 2021), e estão classificados como perda possível pelos seus advogados externos. A principal discussão refere-se à cobrança de ISS pelo Município de Extrema – MG para os períodos de 2014 a 2016.

15. OUTROS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Apropriações marketFee	-	-	26.979	-
Outras contas a receber	442	437	10.054	437
Despesas a apropriar	14.610	7.236	17.824	7.236
Adiantamento despachante aduaneiro	1.159	2.149	16.806	2.149
Despesas antecipadas - patrocínios	-	-	18.004	-
Prêmios de seguros a apropriar	3.942	5.220	7.993	7.111
Adiantamentos a fornecedores	6.610	-	6.622	-
Outros adiantamentos	1.399	2.429	1.200	2.429
Total	28.162	17.471	105.482	19.362

16. INVESTIMENTOS E PASSIVOS A DESCOBERTO EM CONTROLADAS

16.1 Política contábil

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

(i) Combinações de negócios

Combinações de negócio são registradas utilizando o método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos atende à definição de um negócio e o controle é transferido para a Companhia. Ao determinar se um conjunto de atividades e ativos é um negócio, a Companhia

avalia se o conjunto de ativos e atividades adquiridos inclui, no mínimo, um input e um processo substantivo que juntos contribuam, significativamente, para a capacidade de gerar output.

A Companhia tem a opção de aplicar um "teste de concentração" que permite uma avaliação simplificada se um conjunto de atividades e ativos adquiridos não é um negócio. O teste de concentração opcional é atendido se, substancialmente, todo o valor justo dos ativos brutos adquiridos estiver concentrado em um único ativo identificável ou grupo de ativos identificáveis similares.

A contraprestação transferida é mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. Qualquer ágio que surja na transação é testado no mínimo anualmente para avaliação de perda por redução ao valor recuperável. Ganhos em uma compra vantajosa são reconhecidos imediatamente no resultado. Os custos da transação são registrados no resultado conforme incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou patrimônio.

A contraprestação transferida não inclui montantes referentes ao pagamento de relações pré-existentes. Esses montantes são geralmente reconhecidos no resultado do exercício.

Qualquer contraprestação contingente a pagar é mensurada pelo seu valor justo na data de aquisição. Se a contraprestação contingente é classificada como instrumento patrimonial, então ela não é remensurada e a liquidação é registrada dentro do patrimônio líquido. As demais contraprestações contingentes são remensuradas ao valor justo em cada data de relatório e as alterações subsequentes ao valor justo são registradas no resultado do exercício.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Se os planos de pagamento baseado em ações detidos pelos funcionários da adquirida precisam ser substituídos (substituição de planos), todo ou parte do novo montante do plano de substituição emitido pelo adquirente é incluído na mensuração da contraprestação transferida na combinação de negócios. Essa determinação é baseada no valor de mercado do plano de substituição comparado com o valor de mercado do plano de pagamento baseado em ações da adquirida e na medida em que esse plano de substituição se refere a serviços prestados antes da combinação.

Durante o exercício a companhia realizou a aquisição do controle da Fisia e combinação de negócios da Fitdance, vide Nota 3.2.

(ii) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

(iii) Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial

Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto.

Os investimentos da Companhia em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas.

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite à Companhia o controle compartilhado da entidade e dá à Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

(iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas intercompanhia, e quaisquer lucros não realizados derivados de transações intercompanhia, são eliminados. Ganhos e perdas não realizados oriundos de transações com controladas, registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(v) Descrição dos principais procedimentos de consolidação

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados da empresa controlada;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas; e
- Destaque do valor da participação dos acionistas não controladores nas Demonstrações financeiras consolidadas.

16.2 Composição

	31/12/2022	31/12/2021
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	3.055	12.556
Fitdance Entretenimento Ltda.	13.236	-
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	1.332.891	-
Total	1.349.182	12.556



Apresentamos abaixo as movimentações dos investimentos em controladas:

Controladas	Participação	31/12/2022					
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Investimento	Lucro (Prejuízo)	Equivalência
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	100%	104.180	101.125	3.055	3.055	(9.501)	(9.501)
Fitdance Entretenimento Ltda	100%	5.010	1.660	3.350	3.350	(3.787)	(3.787)
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	100%	3.481.471	2.124.616	1.356.855	1.356.855	65.148	65.148
Total		3.590.661	2.227.401	1.363.260	1.363.260	51.860	51.860

Movimento	31/12/2022							
	Saldo em 01/01/2022	Aquisições	Aumento de capital	Outros resultados abrangentes	Amortização PPA	Juros sobre capital próprio	Equivalência	Saldo em 31/12/2022
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	12.556	-	-	-	-	-	(9.501)	3.055
Fitdance Entretenimento Ltda	-	9.886	7.000	-	137	-	(3.787)	13.236
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	-	1.342.710	-	18.001	(118)	(92.850)	65.148	1.332.891
Total	12.556	1.352.596	7.000	18.001	19	(92.850)	51.860	1.349.182

Controladas	Participação	31/12/2021					
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Investimento	Prejuízo	Equivalência
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	100%	98.536	85.980	12.556	12.556	(54.365)	(54.365)
Total		98.536	85.980	12.556	12.556	(54.365)	(54.365)

Movimento	31/12/2021			
	Saldo em 01/01/2021	Aumento de capital	Equivalência	Saldo em 31/12/2021
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	(4.123)	71.044	(54.365)	12.556
Total	(4.123)	71.044	(54.365)	12.556

Participação em coligada - X3M Entretenimento S.A

Em 3 de janeiro de 2022, o Grupo SBF realizou investimento, por meio da sua controlada Lione de 30% (trinta por cento) do capital social votante da X3M Entretenimento S.A., sociedade que explora, dentre outras atividades, o negócio de organização e promoção de eventos esportivos tendo como destaque os eventos “X-Terra” e “Uphill Marathon”. A aquisição foi efetivada pelo valor de R\$ 5 milhões, sendo que o montante foi integralmente liquidado em caixa na data do fechamento da operação.

17. IMOBILIZADO

17.1 Política contábil

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício, baseado na vida útil econômica estimada de cada componente.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

As vidas úteis médias estimadas do Grupo são as seguintes para o exercício corrente e comparativo:

Benfeitoria em imóveis de terceiros (*)	2-10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos
Veículos	5 anos

(*) as vidas úteis destes ativos são determinadas levando em consideração a vida econômica dos itens ou o prazo do contrato de arrendamento subjacente, prevalecendo das duas a menor.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Impairment

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC – Unidade Geradora de Caixa), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou um ativo UGCs, considerados pela Companhia como os pontos de venda (lojas físicas e e-commerce).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. Não houve perda por redução ao valor recuperável reconhecida.

A Administração não identificou mudanças de circunstâncias, bem como evidências de que seus ativos utilizados em suas operações não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

17.2 Composição

	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Controladora		
			Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Computadores e periféricos	20	168.568	(114.877)	53.691	50.208
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	58.530	(42.938)	15.592	15.507
Móveis e utensílios	10	214.345	(101.723)	112.622	109.450
Veículos	20	135	(135)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14	729.378	(502.358)	227.020	216.833
Imobilizado em andamento	(a)	3.541	-	3.541	-
Total		1.174.497	(762.031)	412.466	391.998

	Consolidado				
	Taxa anual de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Computadores e periféricos	20	204.939	(138.124)	66.815	50.208
Máquinas, equipamentos e ferramentas	10	64.714	(45.868)	18.846	15.507
Móveis e utensílios	10	268.472	(130.205)	138.267	109.450
Veículos	20	135	(135)	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	14	864.862	(558.952)	305.910	216.833
Imobilizado em andamento	(a)	18.342	-	18.342	-
Total		1.421.464	(873.284)	548.180	391.998

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora				
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	150.084	15.300	(469)	3.653	168.568
Máquinas, equipamentos e ferramentas	56.155	2.294	(369)	450	58.530
Móveis e utensílios	197.824	8.655	(3.425)	11.291	214.345
Veículos	135	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	686.346	21.080	(8.229)	30.181	729.378
Imobilizado em andamento (a)	-	49.116	-	(45.575)	3.541
Custo do imobilizado	1.090.544	96.445	(12.492)	-	1.174.497
Computadores e periféricos	(99.876)	(15.316)	315	-	(114.877)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(40.648)	(3.146)	856	-	(42.938)
Móveis e utensílios	(88.374)	(16.217)	2.868	-	(101.723)
Veículos	(135)	-	-	-	(135)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(469.513)	(38.699)	5.854	-	(502.358)
Depreciação	(698.546)	(73.378)	9.893	-	(762.031)
Total do imobilizado líquido	391.998	23.067	(2.599)	-	412.466

	Consolidado						
	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências	Aquisição Fitdance	Aquisição controle Fisica	Saldo em 31/12/2022
Computadores e periféricos	150.084	15.655	(468)	12.616	50	27.002	204.939
Máquinas, equipamentos e ferramentas	56.155	2.423	(376)	2.580	65	3.867	64.714
Móveis e utensílios	197.824	8.706	(3.426)	25.479	3	39.886	268.472
Veículos	135	-	-	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	686.346	23.125	(8.344)	68.559	-	95.176	864.862
Imobilizado em andamento (a)	-	93.473	-	(109.234)	-	34.103	18.342
Custo do imobilizado	1.090.544	143.382	(12.614)	-	118	200.034	1.421.464
Computadores e periféricos	(99.876)	(15.338)	289	-	-	(23.199)	(138.124)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(40.648)	(8.209)	5.884	-	-	(2.895)	(45.868)
Móveis e utensílios	(88.374)	(15.928)	2.868	-	-	(28.771)	(130.205)
Veículos	(135)	-	-	-	-	-	(135)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(469.513)	(38.298)	5.854	-	-	(56.995)	(558.952)
Depreciação	(698.546)	(77.773)	14.895	-	-	(111.860)	(873.284)
Total do imobilizado líquido	391.998	65.609	2.281	-	118	88.174	548.180

A movimentação do imobilizado, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

	Controladora				Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências	
Computadores e periféricos	130.205	3.480	(2.180)	18.579	150.084
Máquinas, equipamentos e ferramentas	58.244	736	(3.815)	990	56.155
Móveis e utensílios	166.451	643	(10.179)	40.909	197.824
Veículos	135	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	568.199	48.404	(28.040)	97.783	686.346
Construções em andamento (a)	-	117.671	-	(117.671)	-
Custo do imobilizado	923.234	170.934	(44.214)	40.590	1.090.544
Computadores e periféricos	(90.126)	(11.827)	2.077	-	(99.876)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(39.893)	(4.028)	3.273	-	(40.648)
Móveis e utensílios	(82.151)	(14.320)	8.097	-	(88.374)
Veículos	(119)	(16)	-	-	(135)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(443.858)	(34.282)	13.092	(4.465)	(469.513)
Depreciação	(656.147)	(64.473)	26.539	(4.465)	(698.546)
Total do imobilizado líquido	267.087	106.461	(17.675)	36.125	391.998

	Consolidado				Saldo em 31/12/2021
	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências	
Computadores e periféricos	130.205	3.480	(2.180)	18.579	150.084
Máquinas, equipamentos e ferramentas	58.244	736	(3.815)	990	56.155
Móveis e utensílios	166.451	643	(10.179)	40.909	197.824
Veículos	135	-	-	-	135
Benfeitorias em imóveis de terceiros	568.199	48.404	(28.040)	97.783	686.346
Imobilizado em andamento (a)	-	117.671	-	(117.671)	-
Custo do imobilizado	923.234	170.934	(44.214)	40.590	1.090.544
Computadores e periféricos	(90.126)	(11.827)	2.077	-	(99.876)
Máquinas, equipamentos e ferramentas	(39.893)	(4.028)	3.273	-	(40.648)
Móveis e utensílios	(82.151)	(14.320)	8.097	-	(88.374)
Veículos	(119)	(16)	-	-	(135)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	(443.858)	(34.282)	13.092	(4.465)	(469.513)
Depreciação	(656.147)	(64.473)	26.539	(4.465)	(698.546)
Total do imobilizado líquido	267.087	106.461	(17.675)	36.125	391.998

- (a) O saldo de Imobilizado em andamento refere-se aos projetos de lojas que estão sendo reformadas. Os saldos são transferidos para as respectivas contas contábeis a medida que as obras se encerram e as lojas são inauguradas.

18. INTANGÍVEL

18.1 Política contábil

Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da (i) contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O ágio é testado para impairment anualmente em 31 de outubro e quando as circunstâncias indicarem que o valor contábil pode apresentar redução ao valor recuperável.

O impairment é determinado para o ágio através da avaliação do valor recuperável de cada UGC (ou grupo de UGC) a que o ágio se refere. Quando o valor recuperável da UGC for menor que seu valor contábil, é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável.

As perdas por impairment relativas ao ágio não podem ser revertidas em períodos futuros.

Marcas direito e patente

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 10 a 20 anos.

Relações contratuais com clientes

As relações contratuais com clientes, adquiridas em uma combinação de negócios, são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. As relações contratuais com clientes têm vida útil finita e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação com o cliente.

Softwares

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de software identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia, são reconhecidos como ativos intangíveis.



Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de software, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de softwares e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de financiamento incorridos durante o período de desenvolvimento do software.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam aos critérios de capitalização são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente. Os custos de desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada, não superior a cinco anos.

Contrato de distribuição

O contrato de distribuição refere-se a alocação do direito de uso relacionado ao contrato de exclusividade na distribuição dos produtos da marca "Nike, mensurados na avaliação dos valores justos dos ativos líquidos adquiridos na combinação de negócios da controlada Física. Com esta aquisição, a Companhia celebrou uma parceria estratégica com a Nike, Inc. ("Nike") e se tornou a distribuidora exclusiva dos produtos Nike no Brasil, a operadora do canal de venda eletrônico por 10 (dez) anos e a varejista exclusiva de lojas físicas Nike, responsabilizando-se pela comercialização de produtos ao consumidor final por meio de lojas monobrand Nike. A amortização é calculada usando o método linear durante o prazo de distribuição exclusiva.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

São representados pelos valores pagos na aquisição de novos pontos comerciais das lojas localizadas nos shoppings (fundo de comércio), são amortizados linearmente conforme prazo do contrato de locação.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear baseada nas vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Fundo de comércio	Conforme contrato
Softwares e aplicativos	5 anos
Marcas direito e patente	10 - 20 anos
Contrato de distribuição	10 anos
Carteira de clients	10 anos
Tecnologia	10 anos

Métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e ajustados caso seja adequado.

18.2 Composição

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

**Controladora**

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de comércio	Conforme contrato	14.053	(11.127)	2.926	4.074
Software	20	468.219	(220.384)	247.835	190.388
Marcas, direitos e patentes	10	43	(43)	-	-
Software em andamento	-	171	-	171	-
		482.486	(231.554)	250.932	194.462

Consolidado

	Taxa anual de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	31/12/2022	31/12/2021
Fundo de comércio	Conforme contrato	18.502	(11.201)	7.301	4.074
Software	20	496.650	(229.380)	267.270	190.388
Marcas, direitos e patentes	10	2.039	(43)	1.996	-
Software em andamento	-	471	-	471	-
Contrato de distribuição	10	164.821	(34.338)	130.483	-
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	6.689	-	6.689	-
Carteira de Clientes	-	2.016	(302)	1.714	-
		691.188	(275.264)	415.924	194.462

Controladora

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Fundo de comércio	16.058		(2.005)	14.053
Software	354.702	113.519	(2)	468.219
Marcas direito e patente	43			43
Software em andamento	-	171		171
Custo do intangível	370.803	113.690	(2.007)	482.486
Fundo de comércio	(11.984)	(1.149)	2.006	(11.127)
Software	(164.314)	(56.071)	1	(220.384)
Marcas direito e patente	(43)			(43)
Amortização	(176.341)	(57.220)	2.007	(231.554)
Total do intangível líquido	194.462	56.470	-	250.932

Consolidado

	Saldo em 01/01/2022	Adições	Baixas	Transferências	Aquisição FitDance	Aquisição controle Fisica	Saldo em 31/12/2022
Fundo de comércio	16.058	-	(2.006)	1.200	-	3.250	18.502
Software	354.702	126.230	(2)	3.505	1.153	11.062	496.650
Marcas direito e patente	43	-	-	-	1.996	-	2.039
Software em andamento	-	1.473	-	(4.705)	-	3.703	471
Contrato de distribuição	-	-	-	-	-	164.821	164.821
Ágio por expectativa de rentabilidade futura	-	-	(3)	-	6.692	-	6.689
Carteira de clientes	-	-	-	-	2.016	-	2.016
Custo do intangível	370.803	127.703	(2.011)	-	11.857	182.836	691.188
Fundo de comércio	(11.984)	(1.169)	2.006	-	-	(54)	(11.201)
Software	(164.314)	(56.428)	2	-	-	(8.640)	(229.380)
Marcas direito e patente	(43)	-	-	-	-	-	(43)
Contrato de distribuição	-	(1.374)	-	-	-	(32.964)	(34.338)
Carteira de clientes	-	(302)	-	-	-	-	(302)
Amortização	(176.341)	(59.273)	2.008	-	-	(41.658)	(275.264)
Total do intangível líquido	194.462	68.430	(3)	-	11.857	141.178	415.924

A movimentação do intangível, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Controladora

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Fundo de comércio	16.692	-	(634)	-	16.058
Software	257.472	97.251	(21)	-	354.702
Marcas direito e patente	43	-	-	-	43
Custo do intangível	274.207	97.251	(655)	-	370.803
Fundo de comércio	(11.463)	(1.155)	634	-	(11.984)
Software	(122.701)	(41.622)	9	-	(164.314)
Marcas direito e patente	(43)	-	-	-	(43)
Amortização	(134.207)	(42.777)	643	-	(176.341)
Total do intangível líquido	140.000	54.474	(12)	-	194.462

Consolidado

	Saldo em 01/01/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Fundo de comércio	16.692	-	(634)	16.058
Software	257.472	97.251	(21)	354.702
Marcas direito e patente	43	-	-	43
Custo do intangível	274.207	97.251	(655)	370.803
Fundo de comércio	(11.463)	(1.155)	634	(11.984)
Software	(122.701)	(41.622)	9	(164.314)
Marcas direito e patente	(43)	-	-	(43)
Amortização	(134.207)	(42.777)	643	(176.341)
Total do intangível líquido	140.000	54.474	(12)	194.462

Saldo inicial de 1º de janeiro de 2021 foi ajustado com o objetivo de refletir a retificação de erro no ativo de direito de uso apresentada nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2021.

A Administração concluiu que não possui evidências de que seus ativos não são recuperáveis perante seu desempenho operacional e financeiro e, concluiu que, em 31 de dezembro de 2022 e em 31 de dezembro de 2021, não existiam indicadores relevantes de perda na recuperação dos seus ativos.

19. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO

19.1 Política contábil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia utiliza a definição de arrendamento no CPC 06(R2)/IFRS 16.

Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será amortizado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de

empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- o preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

Pagamentos de arrendamentos variáveis

Certos arrendamentos de imóveis contêm cláusulas de pagamentos variáveis ligados a vendas geradas em uma loja. Para algumas lojas, até 100% dos pagamentos de arrendamentos são realizados de acordo com cláusulas de pagamentos variáveis, havendo uma vasta gama aplicável de porcentagens de vendas. Tais condições são usadas por uma diversidade de razões, inclusive minimizar a base de custos fixos para lojas recentemente estabelecidas. Os pagamentos de arrendamentos variáveis que dependem de vendas são reconhecidos no resultado no período em que ocorre a condição que dá origem a tais pagamentos.

Opções de prorrogação e extinção

As opções de prorrogação e extinção estão incluídas em diversos dos arrendamentos de ativos imobilizados da Companhia. Esses termos são usados para maximizar a flexibilidade operacional em termos de gestão de contratos. A maioria das opções de prorrogação e extinção mantidas podem ser exercidas apenas pela Companhia, e não pelo respectivo arrendador.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

19.2 Composição

A Companhia possui contratos de arrendamento para os imóveis de sua sede administrativa, centros de distribuição e lojas, com prazos médios entre 5 e 25 anos e podem ter opção de renovação.

Quantidade contratos	Controladora	Consolidado
Centros de distribuição	6	6
Edifícios administrativos	2	3
Lojas	235	256
Total	243	265

As taxas de juros de utilizadas para cálculo do valor do ativo e passivo de arrendamento são demonstradas abaixo:

Intervalo	Taxa mensal
1 a 3 anos	0,61%
3 a 6 anos	0,67%
6 a 10 anos	0,74%

a. Ativo de direito de uso

A movimentação do ativo de direito de uso no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2022	1.260.620	1.260.620
(+/-) Novos contratos e remensuração	198.835	198.592
(-) Amortização	(166.065)	(166.640)
Aquisição de controle Fisica	-	104.748
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.293.390	1.397.320

A movimentação do ativo de direito de uso, no exercício de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Ativo - Direito de Uso	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2021	1.162.255	1.162.255
(+/-) Novos contratos e remensuração	297.817	297.817
(-) Transferência para imobilizado	(36.125)	(36.125)
(-) Amortização	(158.407)	(158.407)
(-) Baixas de contratos	(4.920)	(4.920)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.260.620	1.260.620

b. Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2022, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2022	1.416.102	1.416.102
(+/-) Novos contratos e remensuração	198.834	198.591
(+) Apropriação juros incorridos	122.894	123.004
(-) Pagamentos passivo de arrend.	(238.653)	(239.582)
(-) Descontos obtidos	(10.093)	(10.093)
Aquisição de controle Fisica	-	115.934
Saldo em 31 de dezembro de 2022	1.489.084	1.603.956
Circulante	236.942	269.173
Não circulante	1.252.142	1.334.783

A movimentação do passivo de arrendamento no exercício de 1º de janeiro à 31 de dezembro de 2021, está demonstrada no quadro a seguir:

Passivo - arrendamento a pagar	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º janeiro de 2021	1.210.900	1.210.900
(+/-) Novos contratos e remensuração	297.817	297.817
(+) Apropriação juros incorridos	117.670	117.670
(-) Pagamentos passivo de arrendamento	(184.347)	(184.347)
(-) Descontos obtidos	(23.744)	(23.744)
(-) Baixas de contratos	(2.194)	(2.194)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	1.416.102	1.416.102
Circulante	175.959	175.959
Não circulante	1.240.143	1.240.143

Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	236.942	269.173
Entre 1 e 5 anos	643.036	862.491
Mais de 5 anos	609.106	472.292
Companhia como arrendatário	1.489.084	1.603.956

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía o seguinte cronograma de pagamentos mínimos de arrendamentos operacionais não canceláveis:

	Controladora	Consolidado
Até 1 ano	175.959	175.959
Entre 1 e 5 anos	595.335	595.335
Mais de 5 anos	6.448.080	6.448.080
Companhia como arrendatário	7.219.374	7.219.374

c. Pagamentos de arrendamentos de aluguéis variáveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 69.488 (R\$ 47.817 em dezembro de 2021) referente às despesas relacionadas ao pagamento de aluguéis variáveis, conforme Nota 31.

d. Outras considerações

Em atendimento ao ofício CVM / SNC / SEP 02/2019, são apresentados os saldos comparativos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, considerando os fluxos futuros estimados de pagamento corrigidos pela inflação.

	Controladora				
	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Passivo de Arrendamento					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	236.942	167.198	162.217	156.697	766.030
Fluxo com projeção de inflação	249.523	173.300	167.408	161.711	790.544
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Direito de Uso Líquido - Saldo Final					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	1.048.231	871.590	711.489	566.718	430.292
Fluxo com projeção de inflação	1.103.892	903.403	734.257	584.853	444.061
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Despesa Financeira					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	115.476	101.387	87.000	73.182	214.523
Fluxo com projeção de inflação	121.607	105.088	89.784	75.523	221.387
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Despesa de Depreciação					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	191.311	177.058	160.540	145.026	568.321
Fluxo com projeção de inflação	201.470	183.521	165.677	149.667	586.508
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
	Consolidado				
	2023	2024	2025	2026	Após 2026
Passivo de Arrendamento					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	269.173	180.090	176.455	171.674	806.564
Fluxo com projeção de inflação	283.465	186.664	182.101	177.168	832.374
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Direito de Uso Líquido - Saldo Final					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	1.155.958	963.700	787.983	628.113	478.408
Fluxo com projeção de inflação	1.217.339	998.875	813.199	648.212	493.717
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Despesa Financeira					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	126.006	111.137	95.588	80.503	233.586
Fluxo com projeção de inflação	132.696	115.194	98.647	83.079	241.061
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%
Despesa de Depreciação					
Contábil - IFRS16 CPC 06(r2)	207.585	192.675	176.156	160.190	629.329
Fluxo com projeção de inflação	218.608	199.707	181.793	165.316	649.468
Varição	5,31%	3,65%	3,20%	3,20%	3,20%

20. FORNECEDORES E OPERAÇÕES DE RISCO SACADO - CONSOLIDADO

20.1 Política contábil

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são reconhecidas no resultado.

A Companhia oferece aos seus fornecedores a opção de recebimento por meio de uma operação de risco sacado (*reverse finance operation*) por uma instituição financeira. Essa modalidade é disponibilizada com o intuito de facilitar os procedimentos administrativos para que seus fornecedores adiantem recebíveis relacionados às compras de rotina das empresas da Companhia. Nesta operação, a instituição financeira paga antecipadamente os fornecedores em troca de um desconto e, quando contratado entre o banco e o fornecedor (a decisão de aderir a esta transação é única e exclusivamente do fornecedor), a Companhia paga à instituição financeira na data de pagamento original o valor nominal total da obrigação originária. Portanto, esta operação não altera os valores, natureza e tempestividade do passivo (incluindo prazos, preços e condições previamente pactuados) e não afeta a Companhia com os encargos financeiros praticados pela instituição financeira, ao realizar uma análise criteriosa de fornecedores por categoria. Não há nenhuma garantia concedida pela Companhia.

Adicionalmente, os pagamentos realizados pela Companhia, representados por compras de bens e serviços, são diretamente relacionados às faturas dos fornecedores e não alteram seus fluxos de caixa. Dessa forma, a Companhia continua reconhecendo os fornecedores operacionais nas demonstrações dos fluxos de caixa.

20.2 Composição

Referem-se a fornecedores relativos aos produtos de revenda, materiais de consumo e outros materiais e serviços.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Fornecedores de mercadorias para revenda	481.797	368.125	1.182.080	368.124
Fornecedores de materiais de consumo	131.424	83.424	226.181	83.456
Fornecedores de mercadorias - Intercompany	1.779.718	1.226.205	1.571.528	1.226.205
Subtotal	2.392.939	1.677.754	2.979.789	1.677.785
Operações de "risco sacado"	138.171	67.714	138.171	67.714
Total	2.531.110	1.745.468	3.117.960	1.745.499

21. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

21.1 Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

21.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante				
Capital de giro	77.043	129.733	77.232	129.733
Debêntures	191.836	77.743	191.836	77.743
Financiamento de bens	8.850	-	8.850	-
	277.729	207.476	277.918	207.476
Passivo não circulante				
Capital de giro	77.727	165.260	77.808	165.260
Debêntures	773.647	451.042	773.647	451.042
Financiamento de bens	4.188	-	4.188	-
	855.562	616.302	855.643	616.302
	1.133.291	823.778	1.133.561	823.778

As movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2022 estão demonstradas a seguir:

	Controladora						
	01/01/2022	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	31/12/2022
Capital de giro	276.185	-	(122.135)	(33.657)	32.746	1.631	154.770
Financiamento de bens	18.808	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	-	13.038
Empréstimos e financiamentos	294.993	2.536	(130.440)	(36.206)	35.294	1.631	167.808
Debêntures	528.785	496.133	(76.667)	(109.648)	124.052	2.828	965.483
Total	823.778	498.669	(207.107)	(145.854)	159.346	4.459	1.133.291

	Controladora							
	01/2022	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	Amortização custo captação	Aquisição Fitdance	12/2022
Capital de giro	276.185	-	(122.296)	(33.679)	32.799	1.631	400	155.040
Financiamento de bens	18.808	2.536	(8.305)	(2.549)	2.548	-	-	13.038
Empréstimos e financiamentos	294.993	2.536	(130.601)	(36.228)	35.347	1.631	400	168.078
Debêntures	528.785	496.132	(76.667)	(109.648)	124.053	2.828	-	965.483
Total	823.778	498.668	(207.268)	(145.876)	159.400	4.459	400	1.133.561

As conciliações das movimentações patrimoniais dos passivos financeiros de 31 de dezembro de 2021 estão demonstradas a seguir:

	Controladora					31/12/2021
	01/01/2021	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	
Capital de Giro	365.262	-	(91.183)	(23.756)	25.862	276.185
Financiamento de bens	6.863	17.626	(5.810)	(1.234)	1.363	18.808
Empréstimos e financiamentos	372.125	17.626	(96.993)	(24.990)	27.225	294.993
Debêntures	226.762	297.211	-	(27.144)	31.956	528.785
Total	598.887	314.837	(96.993)	(52.134)	59.181	823.778

	Consolidado					31/12/2021
	01/01/2021	Adições	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Provisão de juros	
Capital de Giro	365.262	-	(91.183)	(23.756)	25.862	276.185
Financiamento de bens	6.863	17.626	(5.810)	(1.234)	1.363	18.808
Empréstimos e financiamentos	372.125	17.626	(96.993)	(24.990)	27.225	294.993
Debêntures	226.762	297.211	-	(27.144)	31.956	528.785
Total	598.887	314.837	(96.993)	(52.134)	59.181	823.778

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia possuía 75,48% (74,81% em 31 de dezembro de 2021) de sua dívida no longo prazo. O custo médio anual da dívida bancária ficou em CDI + 1,47%a.a em 2022 (12,66% em 31 de dezembro de 2021).

Novos empréstimos/Debêntures

Em 29 de abril de 2022, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão na SBF Comércio, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 500 milhões o vencimento do contrato iniciará em abril de 2025.

Termos e condições dos empréstimos, financiamentos e debêntures em aberto são os seguintes:

	Controladora				
	2022		Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Moeda	%				
Capital de giro (a)	R\$	105% CDI anual - 100% CDI + 3,8% anual	236.019	77.043	77.727
Financiamento de bens (b)	R\$	100% CDI + 4% anual a 100% CDI +11% anual	28.043	8.850	4.188
Empréstimos e financiamentos			264.062	85.893	81.915
Debêntures	R\$	100% CDI + 3,4 % anual	1.030.000	191.836	773.647
Total de empréstimos e financiamentos			1.294.062	277.729	855.562

	2022				
	Moeda	%	Valor original	Valor contábil circulante	Valor contábil não circulante
Capital de giro (a)	R\$	105% CDI anual - 100% CDI + 3,8% anual	236.619	77.232	77.808
Financiamento de Bens (b)	R\$	100% CDI + 4% anual a 100% CDI +11% anual	28.043	8.850	4.188
Empréstimos e financiamentos			264.662	86.082	81.996
Debênture	R\$	100% CDI + 3,4 % anual	1.030.000	191.836	773.647
Total de empréstimos e Financiamentos			1.294.662	277.918	855.643

(a) Os empréstimos são analisados pela Companhia e são garantidos por alienação fiduciária dos bens.

(b) Em 29 de abril de 2022, com o propósito de reforçar caixa e financiar a estratégia de crescimento, a Companhia contratou com instituição financeira a distribuição da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória da Controladora, em série única, de emissão da SBF Comércio, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, no valor total de R\$ 500 milhões, o vencimento do contrato iniciará em abril de 2025.

Cláusulas contratuais restritivas - covenants

A manutenção do vencimento contratual das debêntures, empréstimos e financiamentos, em seu vencimento original está condicionada ao cumprimento de cláusulas restritivas ("covenants"), as quais a Companhia vem cumprindo regularmente, inclusive na data-base destas informações financeiras.

Sob os termos das principais linhas de crédito, a Companhia é obrigado a cumprir com as seguintes cláusulas financeiras:

(a) A alavancagem não deve ser superior a 2,5x (Dívida Líquida/EBITDA).

(b) A proporção entre EBITDA e o custo de financiamento líquido (Receitas - Despesas financeiras) não deve ser inferior a 3,5x (EBITDA/Resultado Financeiro).

A Companhia cumpriu com esses covenants durante o exercício. Em 31 de dezembro de 2022, a proporção do EBITDA em relação ao custo financeiro líquido 4,1x (em 31 de dezembro de 2021 - 3,7x) e da dívida líquida em relação EBITDA 1,0x (em 31 de dezembro de 2021 - 0,4x).

Resumo dos empréstimos, financiamentos e debêntures conforme vencimento:

	Controladora				
	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	77.043	77.542	185	-	154.770
Financiamento de Bens	8.850	3.829	359	-	13.038
Empréstimos e financiamentos	85.893	81.371	544	-	167.808
Debêntures	191.836	175.043	265.797	332.807	965.483
Total	277.729	256.414	266.341	332.807	1.133.291

	Consolidado				
	1 ano	2 anos	3 anos	+ de 3 anos	Total
Capital de giro	77.232	77.624	184	-	155.040
Financiamento de Bens	8.850	3.834	354	-	13.038
Empréstimos e financiamentos	86.082	81.458	538	-	168.078
Debêntures	191.836	175.043	265.797	332.807	965.483
Total	277.918	256.501	266.335	332.807	1.133.561

22. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
PIS	9.787	5.388	11.140	5.400
COFINS	-	12	31	12
ICMS (a)	66.305	29.741	174.026	29.741
ISS	1.051	1.778	2.094	1.778
IRRF	183	1.275	784	1.275
IPI	-	325	221	325
Outros	918	2.671	1.109	2.671
Total	78.244	41.190	189.405	41.202

(a) A variação das obrigações tributárias de ICMS, refere-se ao fato de as controladas do Grupo SBF terem realizado, durante o ano de 2022, depósitos judiciais, em contra partida ao ICMS a recolher, nos termos do art. 166, do CTN, para a garantia das discussões em ações judiciais acerca da aplicação da anterioridade anual da Lei Complementar 190/2022.

23. IMPOSTOS PARCELADOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Parcelamentos de tributos Estaduais	16.405	37.325	16.621	37.775
Parcelamentos de tributos Federais	18.886	36.087	92.987	109.033
Total impostos parcelados	35.291	73.412	109.608	146.808
Passivo circulante	23.632	36.801	44.327	56.681
Passivo não circulante	11.659	36.611	65.281	90.127

As movimentações dos impostos parcelados consolidado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão demonstradas no quadro a seguir:

	2022	2021
Saldo em 01/01/2021	146.808	148.671
Adesão dos impostos Estaduais	1.192	21.156
Adesão dos impostos Federais	131	-
Juros sobre pagamento de impostos parcelados	5.130	24.880
Parcelas pagas	(43.653)	(47.899)
Saldo em 31/12/2021	109.608	146.808

24. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

24.1 Política contábil

Obrigações de benefícios de curto prazo à empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva presente de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

A Companhia não possui planos de pensão ou outras obrigações pós-aposentadoria e reconhece os custos de demissões quando está formalmente comprometida com o encerramento do vínculo empregatício de funcionários.

24.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de férias e 13º salário	58.413	47.957	66.040	47.957
Provisões para participação nos lucros	56.296	41.568	71.563	41.568
Salários a pagar	22.581	21.805	24.792	21.805
Obrigações com pessoal a pagar	1.450	394	1.557	394
Contribuições a recolher	149	268	212	268
Pensão alimentícia	109	76	133	76
Obrigações trabalhistas	138.998	112.068	164.297	112.068
INSS a recolher	16.898	18.397	18.683	18.397
FGTS a recolher	5.157	2.418	5.726	2.418
INSS retido a recolher	1.105	3.028	1.837	3.028
Obrigações previdenciárias	23.160	23.843	26.246	23.843
Total de Obrigações	162.158	135.911	190.543	135.911

25. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

25.1 Política contábil

As transações com partes relacionadas compreendem operações comerciais de compra, venda, locação com empresas relacionadas e com operações complementares, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

25.2 Composição

Controladora

Outros créditos e outras contas a pagar referem-se a conta corrente entre empresas controladas, sem vencimento e atualização monetária, formado como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante - Contas a pagar				
Grupo SBF S.A.	-	-	30.485	-
VBLOG Logística e Transportes Ltda.	14.175	-	16.564	-
Fitdance Entretenimento Ltda.	-	-	367	-
Total	14.175	-	47.416	-

Transações comerciais

A SBF Comércio realiza operações com as empresas pertencentes ao mesmo Grupo econômico, sendo:

Operações compra e venda de mercadorias - As empresas SBF Comércio e Premier efetuam operações de compra e venda entre si, com intuito de otimizar a distribuição das mercadorias do centro de distribuição para as lojas em todo o Brasil. A Companhia aplica a margem com valor de mercado na operação de venda. Em relação ao valor apresentado abaixo com a rubrica de custo de mercadoria vendida, a mesma inclui o custo das vendas, bem como a margem recebida na venda da contraparte.

Operações de frete - A empresa Vblog Logística é responsável pelo transporte destas mercadorias e, também, efetua transações comerciais de prestação de serviço de frete para as demais empresas do Grupo. Esta operação está suportada por um contrato assinado entre a SBF Comércio e a Vblog, cujo prazo é indeterminado e baseado em condições específicas acordadas entre as partes.

Serviços audiovisuais - A controlada FitDance possui contrato de prestação de serviço com as empresas SBF Comércio e Fisia para desenvolvimento de atividades na área de comunicação social e utilização de plataformas digitais de ensino de dança.

Os resultados gerados nas demonstrações de resultado da Companhia entre as empresas do mesmo grupo econômico estão demonstrados abaixo:

	Transações comerciais	
	31/12/2022	31/12/2021
Venda de mercadorias – Premier Distribuidora	2.581.558	1.877.939
Custo de mercadoria vendida – Premier Distribuidora	(2.412.150)	(1.872.440)
Fretes e logística – VBLOG logistica	(74.947)	(42.783)
Total	94.461	(37.284)

	Serviços audio visual	
	31/12/2022	31/12/2021
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A.	2.849	613
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	(729)	-
NETWORK Participações S.A.	(2.029)	(13)
Neotv Prod E Com. De Cont. Audiovisual E Serv Digitais S.A.	(850)	(600)
FitDance Entretenimento Ltda.	759	-
Total	-	-

Compras de mercadorias - A Companhia também efetua operações de compra com a empresa Fisia Comércio. Estas transações seguem o padrão de abastecimento do mercado atacado dos produtos NIKE, sem distinção das demais empresas do mercado brasileiro.

Aluguéis - A SBF Comércio efetua uma operação de sublocação para as empresas Vblog Logística e Store Engenharia, do armazém localizado em Extrema - MG. O prazo do arrendamento é válido até 2033 e o valor da transação é determinado pelo valor de mercado, com base nos m2 (metros quadrados) utilizados.

Rateio administrativo - A empresa SBF Comércio possui um contrato de compartilhamento de despesas comuns entre as empresas Premier Distribuidora, Vblog Logística, Lione Comércio de Artigos Esportivos, Fisia Comércio de Produtos e Grupo SBF S.A. Os dispositivos do contrato são revisados anualmente. Os rateios baseiam-se em despesas efetivamente incorridas de mão de obra corporativa e em critérios consistentes ao longo do exercícios.

Os valores de contas a receber da Nota 7 e fornecedores da Nota 20, referente às operações descritas acima, estão discriminados no quadro a seguir:

	31/12/2022	31/12/2021
Contas a receber		
Premier Distr. De Vest. Equiptos E Acess. Ltda.	1.660.271	1.214.758
Vblog Logística e transportes Ltda.	26.059	4.170
Store Engenharia e Instalações Ltda.	-	19
Pacipar Participações Ltda.	-	(2)
Pine Administração de Bens e Participações Ltda.	-	4
Grupo SBF S.A.	-	154
Lione Comércio de Art. Esportivos Ltda.	-	39
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	35.019	2.774
Network Participações S.A	112	60
Total	1.721.461	1.221.976

Fornecedores		
Premier Distr. De Vest. Equiptos E Acess. Ltda	1.551.508	1.062.935
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	208.190	149.403
Vblog Logística e transportes Ltda.	20.020	13.867
Total	1.779.718	1.226.205

Locação - A empresa VBF Empreendimentos pertence ao acionista da Companhia Sebastião Vicente Bomfim Filho. Os principais imóveis locados são o armazém utilizado como Centro de Distribuição em Extrema - MG, com período de vigência de 17 de março de 2008 a 16 de março de 2033 e o imóvel da Rua Hugo D'Antola utilizado como Centro Administrativo em São Paulo - SP, com período de vigência de 2 de junho de 2005 a 1º de junho de 2025. Os dois contratos possuem cláusula de renovação automática por mais 20 anos. As despesas abaixo destacadas são decorrentes do pagamento de aluguéis durante o exercício.

Estas transações de locação possuem vínculo contratual com vencimento mensal no quinto dia útil. Caso ocorram pagamentos em atraso há incidência de multa mais juros de 10% ao mês somada a correção monetária baseada no índice IGPM.

O montante reconhecido decorrente desta operação de locação foi de R\$ 23.897 (de R\$ 13.608 em 31 dezembro de 2021).

Transações eliminadas na consolidação

	31/12/2022	31/12/2021
Ativo circulante - Contas a receber		
SBF Comércio de produtos esportivos S.A	35.019	39
FitDance Entretenimento Ltda.	268	-
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	209.243	-
Total	244.530	39

	31/12/2022	31/12/2021
Passivo circulante - Contas a pagar		
SBF Comércio de Produtos Esportivos S.A	208.190	-
FitDance Entretenimento Ltda.	-	39
Fisia Comércio de Produtos Esportivos S.A.	36.072	-
FitDance Entretenimento Ltda.	268	-
Total	244.530	39

a. Remuneração ao pessoal-chave da Administração

A remuneração aos Administradores é realizada através de salários, pró-labore mensal e bônus e estão contabilizadas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" nas demonstrações do resultado.

	31/12/2022		31/12/2021	
	Conselho de administração	Administração executiva	Conselho de administração	Administração executiva
Salários e pró labore	-	6.536	7.212	6.613
Participação nos lucros	-	5.342	-	8.090
Total	-	11.878	7.212	14.703

b. Mútuo a receber - Controladora

Os mútuos a receber referem-se as transações de empréstimos com empresa relacionada Fisia, com os quais a Companhia mantém contratos na forma da legislação vigente.

Saldo em 31/12/2021	-
Captação de mútuos	275.800
Juros	6.103
Pagamentos	(55.500)
Saldo em 31/12/2022	226.403

Os mútuos entre as empresas relacionadas são remunerados a 100% do CDI, com o vencimento em fevereiro de 2023, podendo ser renovado, de comum acordo entre as mesmas. Havendo atraso no recebimento dos direitos citados, incidirão multa de 2%, e correção monetária, devidamente calculados até a data do efetivo pagamento. Não há eventuais garantias dadas ou recebidas nessa transação e a liquidação será realizada integralmente por meio de caixa.

Não há expectativa para provisão para créditos de liquidação duvidosa relacionada com o montante dos saldos existentes.

26. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Provisões de marketing e comunicação	14.225	11.058	32.082	11.058
Fretes/armazenagem	10.341	8.045	51.492	8.045
Provisões benefícios a empregados	9.059	4.638	10.528	4.638
Utilidades e serviços	3.719	6.376	9.039	6.376
Provisões gerais	9.034	6.557	11.269	6.896
Outras Obrigações	1.742	1.063	1.738	1.062
Total	48.120	37.737	116.148	38.075

27. OUTROS PASSIVOS

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Patrocínios e Royalties	-	-	134.685	-
Adiantamento de Clientes	61.838	1.069	93.998	1.069
Cartão Presente	20.085	11.063	20.457	11.063
Receita Diferida	-	-	171	-
Outros Passivos	3.302	-	9.412	-
Total	85.225	12.132	258.723	12.132

28. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS

28.1 Política contábil

A Companhia está autorizada a aumentar seu capital social até o limite de 300.000.000 (trezentos milhões) de ações, por meio de deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. Competirá ao Conselho de Administração fixar o preço de emissão e o número de ações a ser emitido, bem como o prazo e as condições de integralização.

Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá ainda (i) deliberar sobre a emissão de bônus sobre subscrição; (ii) de acordo com o plano aprovado na Assembleia Geral, outorgar opção de compra de ações a administradores e empregados da Companhia ou de sociedade sob seu controle, ou a pessoas naturais que lhes prestem serviços, sem que os acionistas tenham direito de preferência na outorga ou subscrição destas ações; (iii) aprovar aumento do capital social mediante a capitalização de lucros e reservas, com ou sem bonificação em ações; e (iv) deliberar sobre a emissão de debêntures conversíveis em ações.

28.2 Composição

a. Capital social

As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 2.229.971 dividido em 2.194.630.161 ações ordinárias sem valor nominal e em dezembro de 2021 era R\$ 854.103 dividido em 2.054.103.161 ações ordinárias sem valor nominal.

O controle acionário da Companhia, está distribuído da seguinte forma em 31 de dezembro de 2022:

Acionista	2022	
	Quantidade	%
Grupo SBF S.A.	2.194.630.161	100%
Total	2.194.630.161	100%

b. Lucro por ação – Consolidado

Básico

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

Diluído

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores. A Companhia tem duas categorias de ações ordinárias potenciais com efeitos diluidores: dívida conversível e opções de compra de ações. Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal. Para as opções de compra de ações, é feito um cálculo para determinar a quantidade de ações que poderiam ter sido adquiridas pelo valor justo (determinado como o preço médio anual de mercado da ação da Companhia), com base no valor monetário dos direitos de subscrição vinculados às opções de compra de ações em aberto. A quantidade de ações assim calculadas conforme descrito anteriormente é comparada com a quantidade de ações em circulação, pressupondo-se o exercício das opções de compra das ações.

Abaixo demonstramos o lucro por ação básico e diluído para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022	2021
Numerário básico/diluído - Controladora		
Lucro líquido do exercício	40.170	80.310
Média ponderada de ações	2.105.909	2.054.103
Resultado básico por ação - R\$	0,02	0,04
Opções exercidas não integralizadas		
Lucro líquido do exercício	40.170	80.310
Média ponderada de ações	2.105.909	2.054.103
Opções exercidas não integralizadas	0,02	0,04

Quando a Companhia apresenta perda líquida atribuível aos proprietários da Companhia, os lucros diluídos por ação ordinária são iguais aos prejuízos básicos por ação ordinária devido ao efeito antidilutivo das opções de ações em circulação.

c. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

d. Reserva incentivos fiscais

A Companhia estabeleceu centros de distribuição nos Estados da Paraíba e Minas Gerais, onde foram concedidos incentivos fiscais pelos governos locais que reduzem o valor dos impostos sobre venda pagos, aumentando efetivamente o valor da receita líquida reconhecida.

Esses incentivos vêm sendo contabilizados em conta redutora da rubrica de impostos incidentes sobre venda de mercadorias - ICMS e no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 somaram o montante de R\$ 165.023 (R\$ 112.169 no exercício de 31 de dezembro de 2021).

Devido ao lucro apurado no exercício corrente, houve a constituição desta reserva no montante de R\$ 38.162.

29. RECEITAS LÍQUIDAS

29.1 Política contábil

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens forem transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. A receita é medida líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações.

Venda de mercadorias: A Companhia opera com redes que possuem, predominantemente, estabelecimentos em shopping centers voltados a comercialização de produtos esportivos, bem como vendas na forma de atacado originária do centro de distribuição de produtos esportivos para Companhias do mesmo grupo econômico. As vendas dos produtos são reconhecidas quando a Companhia transfere o controle, a propriedade e respectivos benefícios de um produto para o cliente. As vendas no varejo são, geralmente, realizadas por meio de cartão de crédito, cartão de débito ou em dinheiro.

Venda de mercadorias por meio do e-commerce: A Companhia opera com comércio eletrônico por meio do site centauro.com.br, nike.com.br e store.fitdance.com, para todo mercado nacional. As vendas dos produtos esportivos são registradas quando as obrigações de desempenho mais significativas inerentes ao controle e propriedade dos bens forem transferidas para o comprador, o que ocorre quando os produtos são entregues no endereço escolhido pelo comprador.

Prestação de serviços logísticos: A Companhia reconhece receitas com fretes por meio de serviços de logística prestados a clientes e fornecedores no segmento de varejo por meio da empresa do mesmo grupo, a VBLOG Logística e Transporte Ltda. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que na expressiva maioria dos casos, se inicia e se conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Serviços prestados: A Companhia reconhece receitas com intermediação de vendas de produtos de parceiros por meio de sua plataforma digital, operação denominada marketplace. A receita de serviços prestados é reconhecida no momento da prestação do serviço que, na expressiva maioria dos casos, se inicia e conclui no mesmo dia. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

Prestação de serviços de produção de filmes para publicidade: Na empresa FitDance, o reconhecimento das receitas ocorrem a realização dos cursos de formação e capacitação de instrutores através do ensino da dança. A FitDance também opera com plataformas digitais de ensino de dança. Em ambas as modalidades o reconhecimento da receita se dá na prestação do serviço, sendo realizadas por meio de cartão de crédito, boleto bancário ou PIX. As atividades de negócio da empresa também são compostas por patrocínio e projetos especiais proprietários e/ou com marcas, produção de conteúdo audiovisual para bandas e artistas, monetização em plataformas e apresentações em shows e eventos. A receita é reconhecida no momento da prestação de serviços, sendo esta, bem como o detalhamento das entregas, definidas em contrato.

Subvenção governamental: A Companhia realizou investimentos por meio de instalação de Centros de Distribuição nos estados de Minas Gerais e Paraíba, devido a acordos firmados com ambos os estados, mediante os quais foram concedidos incentivos fiscais.

As subvenções têm o objetivo de compensar a Companhia por despesas incorridas e são reconhecidas no resultado como deduções de vendas.

Os investimentos possuem como contrapartida, redução de alíquotas tributárias de ICMS nas vendas no comércio eletrônico e crédito presumido nas transações comerciais entre empresas da Companhia nesses estados.

A partir de 1º de julho de 2021, a Companhia efetuou a migração das operações do e-commerce da controlada Fisia (Nike.com) para a cidade de Extrema, Minas Gerais, objetivando a eficiência logística, melhoria no serviço aos clientes e captura de incentivo fiscal com o estado de Minas Gerais. Portanto, nos termos do regime especial concedido pelo estado de Minas Gerais, as operações de venda para o consumidor final pelo e-commerce são realizadas com crédito presumido de ICMS.

No 4º trimestre de 2022, houve a publicação da nova versão do Regime Especial de Tributação - RET da controladora SBF Comércio, com mesmo número, e-PTA-RE nº 45.000003011-16, que, dentre as alterações, uma das representativas foi da prorrogação do prazo até 2032 e permanece com a sistemática de crédito presumido de ICMS.

29.2 Composição

	Controladora					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	4.187.397	3.042.153	7.229.550	3.552.599	2.271.250	5.823.849
Prestação de serviços	56.885	-	56.885	26.302	42	26.344
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(981.844)	(529.441)	(1.511.285)	(794.960)	(393.310)	(1.188.270)
ICMS - Incentivo Fiscal (i)	159.152	-	159.152	112.169	-	112.169
Prestação de serviços	(6.591)	-	(6.591)	(2.314)	(3)	(2.317)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(24.913)	-	(24.913)	(16.877)	-	(16.877)
Abatimento dos serviços	-	-	-	-	-	-
Receita líquida de vendas	3.390.086	2.512.712	5.902.798	2.876.919	1.877.979	4.754.898

	Consolidado					
	31/12/2022			31/12/2021		
	Varejo	Atacado	Total	Varejo	Atacado	Total
Receita operacional bruta						
Venda de mercadorias	4.590.092	3.007.993	7.598.085	3.552.599	2.271.250	5.823.849
Prestação de serviços	59.484	-	59.484	26.302	42	26.344
Impostos incidentes						
Venda de mercadorias	(1.074.879)	(522.415)	(1.597.294)	(794.960)	(393.310)	(1.188.270)
ICMS - Incentivo Fiscal (i)	165.023	-	165.023	112.169	-	112.169
Prestação de serviços	(6.591)	-	(6.591)	(2.314)	(3)	(2.317)
Devoluções						
Venda de mercadorias	(33.613)	-	(33.613)	(16.877)	-	(16.877)
Abatimento dos serviços	-	-	-	-	-	-
Receita líquida de vendas	3.699.516	2.485.578	6.185.094	2.876.919	1.877.979	4.754.898

(i) Veja Nota 28.d sobre os incentivos fiscais da Companhia.

Receita do mercado de atacado

As vendas em atacado são destinadas à empresa Premier Distribuidora, e referem-se à operações de venda entre as empresas da controladora Grupo SBF S.A, conforme Nota 16.

Receita do mercado de varejo e e-commerce

A receita bruta de mercadorias do mercado de varejo (lojas físicas), atacado e e-commerce está apresentada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Varejo (lojas físicas)	2.903.628	2.474.086	2.359.764	2.474.086
Atacado	3.042.153	2.271.250	3.007.993	-
E-Commerce	1.283.769	1.078.513	2.230.328	1.078.513
Receita Bruta	7.229.550	5.823.849	7.598.085	3.552.599

Região Geográfica

Em termos de região geográfica, as vendas da Companhia estão substancialmente concentradas na região Sudeste do país, por concentrar a maior quantidade de lojas e também por ser a região com maior densidade demográfica. A seguir, apresentamos nossa receita bruta com venda de mercadorias, por região.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Sudeste	2.200.285	2.149.463	2.491.446	2.149.463
Nordeste	770.274	593.934	799.000	593.934
Sul	643.588	414.645	697.419	414.645
Centro - Oeste	362.126	253.936	387.186	253.936
Norte	211.124	140.621	215.041	140.621
Receita bruta de vendas	4.187.397	3.552.599	4.590.092	3.552.599

Sazonalidade trimestral da receita líquida

O segmento de varejo apresenta forte sazonalidade, principalmente devido às datas comemorativas como o dia dos pais, no terceiro trimestre, e a Black Friday e o natal no 4º trimestre. No caso da Comércio, a tabela abaixo ilustra a sazonalidade trimestral da receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
1º Trimestre	678.666	465.986	678.666	465.986
2º Trimestre	763.088	619.666	764.894	619.666
3º Trimestre	855.145	761.982	857.546	761.982
4º Trimestre	1.093.187	1.029.285	1.398.410	1.029.285
Receita líquida de vendas	3.390.086	2.876.919	3.699.516	2.876.919

30. CUSTO DAS VENDAS E DOS SERVIÇOS PRESTADOS

30.1 Política contábil

Os custos com fretes incorridos nas operações realizadas entre o centro de distribuição e as lojas são reconhecidos como custo das vendas e dos serviços prestados.

30.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Custo da revenda de mercadorias	(1.790.981)	(1.454.924)	(1.922.780)	(1.454.924)
Custo da revenda - atacado	(2.412.150)	(1.872.440)	(2.412.150)	(1.872.440)
Custo de fretes e logística	(73.068)	(40.347)	(75.985)	(40.347)
Total	(4.276.199)	(3.367.711)	(4.410.915)	(3.367.711)

O custo das vendas para empresa Premier Distribuidora é separado na rubrica de "Custos de revenda – atacado", e se referem às operações de venda entre as empresas controladas pelo Grupo SBF S.A, conforme Nota 25.

31. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(514.126)	(387.135)	(523.479)	(387.135)
Depreciação e amortização	(72.799)	(68.809)	(74.044)	(68.809)
Amortização do direito de uso	(145.529)	(126.130)	(145.922)	(126.130)
Publicidade e propaganda	(144.227)	(97.899)	(193.118)	(97.899)
Utilidades e serviços	(127.345)	(88.776)	(135.992)	(88.776)
Serviços de terceiros	(53.712)	(59.702)	(66.125)	(59.702)
Comissão de cartão	(66.270)	(51.526)	(72.383)	(51.526)
Ocupação	(62.358)	(39.928)	(65.438)	(39.928)
(-) Descontos sobre arrendamentos	8.436	23.610	8.436	23.610
Contencioso	5.349	4.195	6.008	4.195
Outras despesas	(63.266)	(45.848)	(69.541)	(45.848)
Total das despesas com vendas	(1.235.847)	(937.948)	(1.331.598)	(937.948)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Pessoal	(93.278)	(90.414)	(102.390)	(90.532)
Depreciação e amortização	(59.318)	(36.028)	(59.423)	(36.029)
Amortização do direito de uso	(19.914)	(21.352)	(19.914)	(21.352)
Publicidade e propaganda	(11.688)	(994)	(13.457)	(994)
Utilidades e serviços	(39.757)	(36.548)	(44.442)	(43.126)
Serviços de terceiros	(43.260)	(31.836)	(49.039)	(33.255)
Ocupação	(1.990)	(7.889)	(4.049)	(7.889)
(-) Descontos sobre arrendamentos	1.657	134	1.657	134
Contencioso	18.606	(9.344)	14.106	1.721
Outras despesas	(16.973)	(9.034)	(18.286)	(22.889)
Total das despesas administrativas	(265.915)	(243.305)	(295.237)	(254.211)

32. RESULTADO FINANCEIRO

32.1 Política contábil

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. As receitas financeiras abrangem substancialmente as receitas de rendimentos de aplicações financeiras, ajuste a valor presente sobre contas a receber e descontos obtidos.

A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros.

As despesas financeiras abrangem substancialmente as despesas com juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures, despesas com juros gerados pela venda de recebíveis (contas a receber - operadoras de cartão de crédito), juros sobre impostos parcelados, juros de arrendamento e atualizações monetárias de provisões para contencioso.

É reconhecido o ajuste a valor presente para os elementos integrantes do passivo decorrentes de operações de longo prazo, ou de operações de curto prazo, quando houver efeitos relevantes, tomando-se por base a data de origem da transação.

32.2 Composição

Receitas e despesas são reconhecidas no resultado através do método de juros efetivos.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste a valor presente (AVP)	-	3.293	-	3.293
Atualização monetária de impostos	49.709	25.603	50.741	25.666
Atualização monetária de depósitos judiciais	6.593	6.889	14.088	11.025
Variação cambial ativa	768	(409)	6.971	(409)
Receitas de aplicações financeiras	25.451	6.711	25.770	6.707
Descontos obtidos	43	16	43	16
Juros sobre operações de mútuo	6.103	-	6.103	-
Juros e multas recebidos	5	-	159	-



Outras	2.111	4.964	2.077	2.454
Receitas financeiras	90.783	47.067	105.952	48.752

	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
Juros sobre contencioso	(3.146)	(8.342)	(4.725)	8.899
Juros de arrendamento mercantil	(118.931)	(110.151)	(119.042)	(110.151)
Juros sobre empréstimos	(35.294)	(23.515)	(35.348)	(23.515)
Ajuste a valor presente (AVP)	-	(1.719)	-	(1.719)
Juros sobre desconto de duplicatas	(177)	(20)	(419)	(20)
Juros sobre atraso de impostos	(10.670)	(21.248)	(10.671)	(28.788)
Tarifas e taxas bancárias	(5.061)	(5.676)	(3.957)	(6.499)
Juros sobre parcelamentos de tributos	(1.068)	(3.722)	(4.779)	(24.880)
Variação cambial passiva	(2.108)	(3.037)	358	(3.037)
Juros sobre pagamentos em atraso	(656)	(694)	(689)	(2.720)
Juros sobre debêntures	(124.052)	(31.379)	(124.053)	(31.379)
Juros sobre capital próprio	(8.589)	-	(8.589)	-
Juros sobre contratos de mútuos	-	-	(2.016)	-
Outras despesas financeiras	(5.416)	(11.428)	(5.415)	(11.428)
Impostos sobre operações financeiras	(861)	(317)	(1.020)	(317)
Despesas financeiras	(316.029)	(221.248)	(320.365)	(235.554)

33. COMPROMISSOS

A Companhia possui compromissos firmados na aquisição da FitDance relativo a acordo para pagamento contingente a sócios vendedores, classificado pela Companhia como remuneração para serviços pós-combinação em conformidade com o CPC – 15 Combinação de negócios. Tal contraprestação é composta por parcelas de *Earn-Out* e parcela de *Outperform*, desde que, sejam atingidas certas métricas e outras condições estabelecidas em contrato. As premissas, os requisitos e os valores relativos ao preço de compra contingente foram estabelecidas entre as partes com base na projeção da receita bruta anual da Fitdance para os exercícios sociais a se encerrarem entre 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2026. Não há pagamentos totais mínimos associados a esse contrato.

34. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém apólices de seguros contratados junto às principais seguradoras do país, definidas por orientação de especialistas considerando a natureza e o valor de risco envolvido. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tinha cobertura de seguros de responsabilidade civil e seguro patrimonial (cobertura básica: contra incêndio, raio, explosão e demais coberturas da apólice patrimonial) e para os estoques, conforme demonstrado a seguir:

Tipo de risco	Objeto	Montante de cobertura
Transportes	Transportes nacionais	R\$ 13.370.058
Transportes	Transportes internacionais	US\$ 300.000
Responsabilidade civil	Estabelecimentos comerciais e empregador	R\$ 50.000
Responsabilidade civil	Directors & Officers	R\$ 100.000
Seguro empresarial	Equipamentos e lucros cessantes	R\$ 660.000

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal (“STF” ou “Supremo”) concluiu o julgamento sobre a “coisa julgada” em tributos recolhidos de forma continuada, definindo que a



decisão proferida em controle difuso cessa imediatamente os seus efeitos quando proferido novo julgamento, em sentido contrário, em ação direta de constitucionalidade ou em sede de repercussão geral pelo Supremo. Nesse mesmo julgamento, o STF rejeitou o pedido de modulação de efeitos da decisão, determinando o recolhimento dos valores passados, desde que respeitado o prazo de prescrição. A Companhia e suas controladas avaliaram os impactos desta decisão e concluíram que não existe impacto relevante nas demonstrações financeiras e na destinação do resultado do período em decorrência de tal decisão.

* * *

Pedro Zemel
CEO

José Luís Salazar
CFO

Ana Mota
CRC 1SP328009/O-1

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Diretor Presidente, Financeiro e de RI

Em conformidade com o inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de setembro de 2017), a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, autorizando sua conclusão nesta data.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em conformidade com o inciso V do artigo 25 da Instrução CVM Nº 480, de 7 de dezembro de 2009 (alterado pela Instrução CVM nº 586, de 8 de setembro de 2017), a Diretoria declara que revisou e discutiu o conteúdo e opiniões expressas no relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, emitido nesta data.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Diretor Presidente, Financeiro e de RI. A Diretoria declara que concorda com o conteúdo e opinião expressos no referido relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações individuais e consolidadas da Companhia.

São Paulo, 01 de março de 2023

Pedro de Souza Zemel - Diretor Presidente

José Luís Magalhães Salazar - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Paula Nader – Diretora de Marketing

Ari Carmona Junior – Diretor Geral de Inovação e Tecnologia

Diego Freitas – Diretor de Logística

Melissa Guimarães – Diretora de Recursos Humanos

Certificate Of Completion

Envelope Id: 851704F4C8914115AB32EB1665D017BB

Status: Completed

Subject: Complete with DocuSign: SBFCOMERCPRODUESPORT22.DEZ.pdf

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Source Envelope:

Document Pages: 89

Signatures: 1

Envelope Originator:

Certificate Pages: 8

Initials: 0

Pedro Tintilio

AutoNav: Enabled

Av. Francisco Matarazzo, 1400, Torre Torino, Água Branca

Enveloped Stamping: Enabled

São Paulo, SP 05001-100

Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia

pedro.tintilio@pwc.com

IP Address: 201.56.164.188

Record Tracking

Status: Original

02 March 2023 | 16:06

Holder: Pedro Tintilio

pedro.tintilio@pwc.com

Location: DocuSign

Status: Original

02 March 2023 | 16:15

Holder: CEDOC Brasil

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com

Location: DocuSign

Signer Events

Leandro Ardito

leandro.ardito@pwc.com

PwC BR

Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate

Signature Provider Details:

Signature Type: ICP Smart Card

Signature Issuer: AC SERASA RFB v5

Electronic Record and Signature Disclosure:

Not Offered via DocuSign

Signature

DocuSigned by:



0123079E290F40B...

Signature Adoption: Uploaded Signature Image

Using IP Address: 134.238.160.120

Timestamp

Sent: 02 March 2023 | 16:09

Viewed: 02 March 2023 | 16:14

Signed: 02 March 2023 | 16:15

In Person Signer Events**Signature****Timestamp****Editor Delivery Events****Status****Timestamp****Agent Delivery Events****Status****Timestamp****Intermediary Delivery Events****Status****Timestamp****Certified Delivery Events****Status****Timestamp****Carbon Copy Events****Status****Timestamp**

Fabio Lara

fabio.lara@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication (None)

COPIED

Sent: 02 March 2023 | 16:09

Electronic Record and Signature Disclosure:

Accepted: 04 August 2022 | 11:00

ID: 0d473710-98a4-443b-b55b-3a61995ac95c

Company Name: PwC

Gustavo Cardoso

gustavo.c.cardoso@pwc.com

Security Level: Email, Account Authentication (None)

COPIED

Sent: 02 March 2023 | 16:09

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
--------------------	--------	-----------

Electronic Record and Signature Disclosure:
Accepted: 21 March 2022 | 21:09
ID: ed2ecb0b-fdbe-41aa-bbd2-24686194a7b5
Company Name: PwC

Juliana Baronian
juliana.baronian@pwc.com
PwC BR

COPIED

Sent: 02 March 2023 | 16:09

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Pedro Tintilio
pedro.tintilio@pwc.com
Audit Manager
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes
Ltda.

COPIED

Sent: 02 March 2023 | 16:15
Viewed: 02 March 2023 | 16:15
Signed: 02 March 2023 | 16:15

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Rodrigo Marcatti
rodrigo.marcatti@pwc.com
Diretor
PwC BR

COPIED

Sent: 02 March 2023 | 16:09

Security Level: Email, Account Authentication
(None)

Electronic Record and Signature Disclosure:
Not Offered via DocuSign

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

Envelope Summary Events	Status	Timestamps
-------------------------	--------	------------

Envelope Sent	Hashed/Encrypted	02 March 2023 16:09
Certified Delivered	Security Checked	02 March 2023 16:14
Signing Complete	Security Checked	02 March 2023 16:15
Completed	Security Checked	02 March 2023 16:15

Payment Events	Status	Timestamps
----------------	--------	------------

Electronic Record and Signature Disclosure
--

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.